

LIVRO DE ATAS Nº 30

Servirá este Livro, cujas folhas são numeradas sequencialmente, para que sejam lavradas as atas de sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba, a partir de primeiro de janeiro de 2021.

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 01 de janeiro de 2021.

VEREADOR GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

VEREADOR JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

Ata da Sessão Solene de Instalação da Câmara Municipal de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais, na Legislatura 2021 a 2024. Às nove horas e quinze minutos do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, na sede da Câmara Municipal de Rio Pomba, à Praça Dr. Último de Carvalho, nº 68 – 2º andar, centro, nesta cidade de Rio Pomba/MG, reuniu-se a Câmara Municipal para a sua instalação na Legislatura de 2021 a 2024. Inicialmente, foi composto o Plenário pelos nove Vereadores eleitos em quinze de novembro de dois mil e vinte, a seguir relacionados: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. O Presidente da Câmara em exercício, Rafael Vilela Martins, deu abertura à Sessão Solene Especial de Instalação da Câmara Municipal para a Legislatura de 2021 a 2024 (dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro), eleição e posse da Mesa Diretora para o biênio de 2021 e 2022 (dois mil e vinte e um e dois mil e vinte e dois). O Sr. Presidente convidou o sr. Jorge Luís Martins Soares para as funções de Secretário *ad hoc*. Foi executado o Hino Nacional Brasileiro. Continuando os trabalhos, o Sr. Presidente e o sr. Secretário passaram à conferência das declarações de bens e dos diplomas eleitorais apresentados pelos nove candidatos eleitos para a Câmara Municipal na qualidade de titulares. Para atendimento do art. 17 da Lei Orgânica Municipal, registra-se aqui o resumo das declarações de bens entregues: Demétrius Carvalho de Oliveira: declarou não possuir nenhum bem; Frederico Senra Condé: conta corrente no Banco do Brasil, R\$1.343,27 – quotas na empresa Senra e Condé Representações, R\$5.400,00 – quotas na empresa F. S. Condé Representações, R\$105.000,00 – veículo Toyota/Hilux, R\$75.000,00; Gladstone Roncalli da Silva: conta corrente no banco Bradesco, R\$6.440,57; Hedilberto Teixeira: declarou não possuir nenhum bem; Ivan Ferreira Martins: um veículo VW/Golf, R\$21.000,00; Jorge Luís Martins Soares: um veículo Fiat/Uno, R\$20.000,00 – 1,5 hectares de terras rurais; Maurílio Rodrigues dos Reis: três propriedades rurais, R\$300.000,00 – dois apartamentos, R\$200.000,00 – um veículo Fiat/Uno, R\$18.000,00; Paulo Henrique da Silva: conta corrente no Banco do Brasil, R\$7.200,00 - um veículo GM/Monza, R\$4.000,00; Rafael Vilela Martins: conta corrente no Banco do Brasil, R\$114.589,17. Estando tudo conforme determina a legislação, os eleitos em processo de posse ficaram em pé para prestarem o compromisso. Então, na forma determinada pelo art. 14 do Regimento Interno, o Sr. Presidente prestou o compromisso de posse que logo depois foi confirmado pelos demais, na forma do art. 15 do Regimento Interno. Assim, cumpridas todas as formalidades regimentais, o Sr. Presidente em exercício solenemente declarou empossados os Vereadores componentes da Câmara Municipal de Rio Pomba para a Legislatura de 2021 a 2024, a seguir

relacionados: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. Dando continuidade aos trabalhos, o Sr. Presidente em exercício anunciou que passaria ao processo de eleição da Mesa Diretora, quando então foi lido um resumo explicativo das normas regimentais que versam sobre o assunto. Então, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Presidente da Câmara, recebendo votos: a) Ivan Ferreira Martins (03 votos), de Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins; b) Jorge Luís Martins Soares (06 votos), de Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Jorge Luís Martins Soares. Em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Vice-Presidente da Câmara, recebendo votos: a) Frederico Senra Condé (03 votos), de Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins; b) Ivan Ferreira Martins (06 votos), de Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Paulo Henrique da Silva. Então, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Secretário da Câmara, recebendo votos: a) Hedilberto Teixeira (01 voto), de Demétrius Carvalho de Oliveira; b) Gladstone Roncalli da Silva (08 votos), de Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins. Então, em primeiro escrutínio aberto, o Sr. Presidente em exercício colocou em votação o cargo de Suplente Secretário da Câmara, recebendo votos: a) Paulo Henrique da Silva (04 votos), de Frederico Senra Condé, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; b) Hedilberto Teixeira (03 votos), de Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira e Demétrius Carvalho de Oliveira; c) Demétrius Carvalho de Oliveira (02 votos), de Ivan Ferreira Martins e Maurílio Rodrigues dos Reis. Não sendo obtido o quórum regimental de cinco votos, o sr. Presidente colocou em segundo escrutínio o cargo de Suplente de Secretário para escolha entre os dois mais votados, recebendo votos: a) Paulo Henrique da Silva (04 votos): Frederico Senra Condé, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; b) Hedilberto Teixeira (05 votos): Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins e Maurílio Rodrigues dos Reis. Então, concluídas as votações, o Sr. Presidente em exercício declarou eleita e empossada a Mesa Diretora da Câmara para o biênio de 2021/2022, com a seguinte composição: Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares; Vice-Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins; Secretário, Vereador

Gladstone Roncalli da Silva; Suplente de Secretário, Vereador Hedilberto Teixeira. Após, foram assinados os termos de posse dos nove Vereadores e da Mesa Diretora supracitada. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às nove horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes nesta sessão.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba para Posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Rio Pomba, Estado de Minas Gerais. Às nove horas e quarenta minutos do dia primeiro de janeiro do ano de dois mil e vinte e um, na sede da Câmara Municipal de Rio Pomba, à Praça Dr. Último de Carvalho, nº 68 – 2º andar, centro, nesta cidade de Rio Pomba/MG, o sr. Presidente da Câmara, Vereador Jorge Luís Martins Soares, deu abertura à Sessão Solene Especial da Câmara Municipal para Posse do Prefeito e Vice-Prefeito do Município de Rio Pomba no mandato de 2021 a 2024 (dois mil e vinte e um a dois mil e vinte e quatro), com a presença de todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. Foram convidados a ocuparem os lugares reservados ao lado do sr. Presidente o Prefeito eleito, Reginaldo Furtado de Carvalho, e o Vice-Prefeito eleito, Wellington Ferreira de Souza. Houve a execução do Hino a Rio Pomba. Após, o sr. Presidente da Câmara e o Secretário, Vereador Gladstone Roncalli da Silva, procederam à conferência dos diplomas eleitorais e das declarações de bens apresentados pelos srs. Prefeito e Vice-Prefeito eleitos, estando em conformidade com o exigido pela legislação. Então, conforme solicitado pelo sr. Presidente, o sr. Prefeito e o sr. Vice-Prefeito eleitos, perante a Câmara reunida e o público presente, deram cumprimento ao art. 55 da Lei Orgânica Municipal, ou seja, prestaram o compromisso legal de posse. Então, o sr. Presidente da Câmara solenemente declarou empossados os srs. Reginaldo Furtado de Carvalho como Prefeito Municipal e o sr. Wellington Ferreira de Souza como Vice-Prefeito para o mandato de 2021 a 2024. Então, foi assinado o termo de posse dos srs. Prefeito e Vice-Prefeito. O professor Marcos Pascoalino fez o seu pronunciamento e a transmissão simbólica do cargo de Prefeito ao senhor Reginaldo Furtado de Carvalho. Passando ao momento dos pronunciamentos, usaram da palavra todos os Vereadores. Após, usou a palavra o Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza. Também o Prefeito de Rio Pomba, Reginaldo Furtado de Carvalho, fez o seu discurso. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às onze horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; pelos srs. Prefeito e Vice-Prefeito; e demais Vereadores presentes nesta sessão.

REGINALDO FURTADO DE CARVALHO
Prefeito

WELLINGTON FERREIRA DE SOUZA
Vice-Prefeito

(RESTANTE DAS ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Primeira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e oito minutos do dia quatorze de janeiro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão as atas de posse do dia 01/01/2021 (Legislativo e Executivo). Votadas, ambas foram aprovadas por unanimidade. Como sendo meras formalidades e não proposições, foram lidos pelo Secretário: a) Ofício nº 03/2020-PC: representantes da Câmara no Codema; b) solicitação da Secretária de Esporte, Lazer e Turismo, solicitando 02 representantes da Câmara no Conselho Municipal de Turismo; c) solicitação da Secretária de Esporte, Lazer e Turismo, solicitando 02 representantes da Câmara no Conselho Municipal do Patrimônio Cultural; d) solicitação da Secretária de Esporte, Lazer e Turismo, solicitando 02 representantes da Câmara no Conselho Municipal de Esporte e Lazer. Após consenso em Plenário, ficaram designados os seguintes representantes da Câmara: 1) Conselho Municipal de Turismo: Hedilberto Teixeira (titular) e Demétrius Carvalho de Oliveira (suplente); 2) Conselho Municipal do Patrimônio Cultural: Ivan Ferreira Martins (titular) e Paulo Henrique da Silva (suplente); 3) Conselho Municipal de Esporte e Lazer: Rafael Vilela Martins (titular) e Frederico Senra Condé (suplente). Às dezoito horas e quinze minutos, aberta a ordem do dia, tendo em vista que as comissões permanentes ainda não estão constituídas, o sr. Presidente designou comissão provisória para analisar as proposições desta sessão, composta pelos Vereadores: Paulo Henrique da Silva (Presidente), Frederico Senra Condé (Vice) e Hedilberto Teixeira (Reator). A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.849, do Legislativo: Reconhece a prática de atividades físicas e do exercício físico como essenciais para a população de Rio Pomba em estabelecimentos prestadores de serviços destinados a essa finalidade, bem como em espaços públicos em tempos de crises ocasionadas por moléstias contagiosas ou catástrofes naturais. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial. O Plenário unanimemente o aprovou. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão Provisória. O parecer foi pela legalidade do projeto. O projeto de lei foi então colocado em discussão. Pronunciaram-se favoráveis os Vereadores Rafael Vilela Martins, Frederico Senra Condé, Ivan Ferreira Martins, Hedilberto Teixeira e Jorge Luís Martins Soares. O Vereador Maurílio Rodrigues disse que se o Executivo entender o projeto como inconstitucional ele será a favor do veto. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.849, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.850, do Legislativo: Dispõe sobre a obrigatoriedade de medição da temperatura corporal dos consumidores, para ingresso destes nos estabelecimentos privados de que tratar esta lei, como forma de evitar a disseminação da pandemia do coronavírus (Covid-19) no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão Provisória. O parecer foi pela legalidade do projeto. O Vereador Maurílio perguntou quem será responsável pela

medição da temperatura pois isso irá acarretar um custo ao estabelecimento. O sr. Presidente respondeu que será o estabelecimento. O Vereador Demétrius disse que cabe esclarecer quais estabelecimentos ficarão obrigados a cumprirem. O Vereador Frederico leu o artigo do projeto onde são citados os tipos de estabelecimento. O projeto de lei foi então colocado em discussão. Pronunciaram-se favoravelmente os Vereadores Gladstone Roncalli da Silva e Jorge Luís Martins Soares. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.850, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.851, do Executivo: Regulamenta a concessão de auxílio funeral e dá outras providências. Foi lida também a Emenda Modificativa nº 01 ao referido projeto de lei. O sr. Presidente disse que a emenda foi sugestão da Assessora Jurídica da Câmara. Estando presente no recinto o Assessor Jurídico municipal, Yegros Martins Malta, e com a autorização Plenária, o mesmo se pronunciou sobre este projeto de lei. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão Provisória. O parecer foi pela legalidade do projeto. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial. O Plenário unanimemente o aprovou. Após, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda Modificativa nº 01, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Em seguida, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.851, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Os Vereadores Maurílio e Hedilberto parabenizaram ao sr. Prefeito por essa atenção para com as pessoas necessitadas. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.852, do Executivo: Altera a Lei 1.468/2014 de 14 de março de 2014 e dá outras providências. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão Provisória. O parecer foi pela legalidade do projeto. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial. O Plenário unanimemente o aprovou. Estando presente no recinto o Assessor Jurídico municipal, Yegros Martins Malta, o sr. Presidente o convidou a se pronunciar sobre este projeto de lei. O projeto de lei foi colocado em discussão. O Dr. Yegros disse tratar-se de um gerenciamento interno de duas secretarias e descreveu sobre as suas atribuições. O Vereador Demétrius pediu esclarecimentos sobre o organograma ligado às funções ora redenominadas. O Dr. Yegros disse que os projetos apenas alteram as denominações. O Vereador Frederico questionou se o Executivo poderia fazer as alterações através de decreto. O Dr. Yegros disse que as denominações foram criadas através de lei e está se propondo da forma atual para evitar-se futuros questionamentos. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.852, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Demétrius parabenizou ao Executivo pela programação de contratação de novos médicos ginecologistas. O sr. Presidente alertou à população para que continue fazendo a sua parte tendo em vista o aumento dos números de contagiados pelo coronavírus. O Vereador Gladstone fez um apelo aos profissionais da saúde municipais para que mantenham o exemplo nos cuidados relacionados à prevenção da Covid-19 em suas práticas cotidianas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quinze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e oito minutos do dia primeiro de fevereiro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão a ata da sessão extraordinária do dia quatorze de janeiro. Votada, a ata foi aprovada por unanimidade. Registre-se a presença do sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza. A seguir, o sr. Presidente comunicou que a Associação Calor Humano enviou a prestação de contas do ano de 2020 relativa aos recursos municipais recebidos. O sr. Presidente convocou sessão extraordinária para o dia três de fevereiro, às dezoito horas, para tratar de três projetos do Executivo e um da Mesa Diretora. Colocou em apreciação plenária o adiamento da próxima sessão ordinária para o dia vinte e dois de fevereiro, sobre o que houve a concordância unânime. Foi lida pelo Secretário a Portaria nº 394/2021, designando a Comissão de Controle Interno para 2021 composta pelos membros: Gladstone Roncalli da Silva, Maurílio Rodrigues dos Reis e Ramon Machado de Oliveira. Conforme previsto no regulamento próprio, a composição foi submetida à homologação plenária e aprovada por unanimidade. Após, passou-se à formação das Comissões Permanentes para o biênio 2021/2022. Foi lida proposta elaborada pela Mesa Diretora. Após consenso e algumas substituições solicitadas, a formação das comissões permanentes ficou da seguinte forma: Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final: Presidente: Rafael Vilela Martins, Vice-Presidente: Paulo Henrique da Silva, Relator: Demétrius Carvalho de Oliveira; Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas: Presidente: Ivan Ferreira Martins, Vice-Presidente: Paulo Henrique da Silva, Relator: Rafael Vilela Martins; Comissão de Educação, Saúde e Assistência: Presidente: Gladstone Roncalli da Silva, Vice-Presidente: Hedilberto Teixeira, Relator: Demétrius Carvalho de Oliveira; Comissão de Obras e Serviços Públicos Municipais: Presidente: Hedilberto Teixeira, Vice-Presidente: Demétrius Carvalho de Oliveira, Relator: Maurílio Rodrigues dos Reis; Comissão de Meio Ambiente e Defesa Animal: Presidente: Frederico Senra Condé, Vice-Presidente: Ivan Ferreira Martins, Relator: Gladstone Roncalli da Silva. Passando às proposições, foi lido Projeto de Lei nº 1.853, do Vereador Hedilberto Teixeira: Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios que causem poluição sonora de alta intensidade, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso de alta intensidade no município de Rio Pomba/MG. O autor falou sobre a sua proposição e a colocou aberta para emendas e avaliações. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Obras e Serviços; c) Meio Ambiente e Defesa Animal. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.854, dos Vereadores Jorge L. M. Soares e Rafael V. Martins: Declara como essenciais as atividades prestadas pelos profissionais cabeleireiro, barbeiro, esteticista, manicure, pedicure, depilador, maquiador e similares e dá outras providências. O Vereador Rafael Vilela manifestou sobre a proposição. O sr.

Presidente leu a opinião favorável da assessoria jurídica da Câmara. O Vereador Jorge Luís comentou sobre o projeto. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial e, por unanimidade, o Plenário o aprovou. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de: a) Legislação (Rafael foi substituído por Frederico); b) Obras e Serviços; c) Saúde. Os pareceres das comissões foram favoráveis ao projeto. Então, o Projeto de Lei nº 1.854 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Vereador Frederico registrou que existem outras atividades econômicas que são essenciais à população. O Vereador Demétrius solicitou que a assessoria jurídica veja a possibilidade de declarar como essenciais as atividades religiosas. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.855, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Insere parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 1.704/2020 que cria o programa municipal de controle populacional, ético e humanitário de cães e gatos no município de Rio Pomba/MG e dá outras providências. O autor falou sobre os objetivos do projeto e os Vereadores Ivan e Gladstone fizeram questionamentos. O Vereador Rafael Vilela comentou esclarecendo. O Vereador Demétrius também comentou. O Vereador Maurílio pediu a tramitação para que as comissões analisem com tempo. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Meio Ambiente e Defesa Animal. Em seguida, foi lido o Projeto de Lei nº 1.856, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de: a) Legislação; b) Finanças. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.857, do Executivo: Altera a redação do artigo 1º da Lei 1717/2021 de 14 de março de 2014 e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Legislação. O parecer foi pela legalidade do projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.857, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.858, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços da assistência social para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$34.474,45 (...) conforme Portaria nº 369/2020. O Vereador Demétrius disse ser reconhecida a necessidade dos projetos por tratarem de recursos para combate à Covid-19, mas deixou claro que os documentos não chegaram com antecedência suficiente para a devida análise; colocou-se favorável aos mesmos mas fez esta ressalva. Estando presente o assessor contábil do Executivo, Edward Losque, o sr. Presidente solicitou que o mesmo explicasse a linguagem técnica dos projetos (isso ocorreu também com relação aos projetos que foram apresentados na sequência). Os Vereadores puderam se manifestar também. Após, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.858, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.859, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19

no valor de R\$160.495,05 (...) conforme Portaria nº 1.666/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.859, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.860, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$17.135,00 (...) conforme Portaria nº 2.222/2020. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.860, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Continuando, foi lido o Projeto de Lei nº 1.861, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$48.000,00 (...) conforme Resolução Estadual nº 7.165/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.861, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.862, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$150.000,00 (...) conforme Resolução Estadual nº 7.097/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.862, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Então, foi lido o Projeto de Lei nº 1.863, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$30.000,00 (...) conforme Portaria nº 2.358/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.863, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Dando sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.864, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$60.000,00 (...) conforme Resolução Estadual nº 7.176/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.864, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Foi lido o Projeto de Lei nº 1.865, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para

enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$13.100,00 (...) conforme Resolução nº 7.166/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.865, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Continuando, foi lido o Projeto de Lei nº 1.866, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços da assistência social para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$104.400,00 (...) conforme Portaria nº 378/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.866, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.867, do Executivo: Dispõe sobre autorização Legislativa ao Poder Executivo de Rio Pomba, para abrir créditos adicionais especiais na Lei Orçamentária do Exercício de 2021, no valor de R\$232.754,46 (...), para auxílio financeiro no enfrentamento à COVID-19 dos recursos na forma de auxílio financeiro para os municípios conforme art. 5º inciso I da Lei Complementar nº 173/2020 – fonte 161 para aplicação em ações de saúde, na forma que especifica e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.867, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.868, do Executivo: Dispõe sobre autorização Legislativa ao Poder Executivo de Rio Pomba, para abrir créditos adicionais especiais no valor de R\$10.425,00 (...) na Lei Orçamentária do Exercício de 2021, para auxílio financeiro no enfrentamento à COVID-19 conforme Portaria nº 3.391/2020 para apoiar a estruturação, reorganização e adequação dos ambientes voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada, para enfrentamento à Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do Coronavírus (Covid 19), na forma que especifica e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.868, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Então, foi lido o Projeto de Lei nº 1.869, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$21.868,00 (...) conforme Portaria nº 1.857/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o

Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.869, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.870, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos da pandemia COVID-19 no valor de R\$39.840,00 (...) conforme Portaria nº 2.405/2020. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.870, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.871, do Executivo: Dispõe sobre autorização Legislativa ao Poder Executivo de Rio Pomba, para abrir créditos adicionais especiais no valor de R\$28.500,00 (...) na Lei Orçamentária do Exercício de 2021, para auxílio financeiro no enfrentamento à COVID-19 conforme Portaria nº 2.994/2020 para atenção às pessoas com obesidade, diabetes mellitus ou hipertensão arterial sistêmica no âmbito da Atenção Primária à Saúde, no Sistema Único de Saúde, no contexto da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) decorrente da pandemia do SARS-CoV-2, declarada pela Portaria nº 188/GM/MS, de 3 de fevereiro de 2020, na forma que especifica e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.871, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.872, do Executivo: Dispõe sobre autorização Legislativa ao Poder Executivo de Rio Pomba, para abrir créditos adicionais especiais no valor de R\$5.793,00 (...) na Lei Orçamentária do Exercício de 2021, para auxílio financeiro no enfrentamento à COVID-19 conforme Portaria nº 3.008/2020 para aplicação em ações de custeio voltados à assistência odontológica na Atenção Primária à Saúde e na Atenção Especializada conforme Portaria nº 3.008/2020, na forma que especifica e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial solicitado pelo autor. Por unanimidade o Plenário aprovou o regime de urgência. Então, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.872, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O Vereador Hedilberto formulou questões a respeito do valor dos testes de Covid-19 que a Prefeitura vem pagando desde no ano passado. O Vereador Rafael também fez comentários sobre o assunto. Estando presente o Secretário de Saúde, sr. Jair de Paula Coelho, este foi convidado a se pronunciar e prestou os esclarecimentos solicitados e também sobre o critério de vacinação. O Vereador Demétrius relatou a prioridade para os residentes no Lar Lygia Cunha para serem vacinados e outros acontecimentos irregulares no processo de vacinação. Continuando os trabalhos, foi

lido o Requerimento nº 01, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Rafael V. Martins e Frederico S. Condé: Requer a relação nominal dos secretários municipais e ocupantes de cargos comissionados. Os Vereadores Rafael e Demétrius comentaram o requerimento. O Vereador Hedilberto sugeriu que o Vereador Demétrius cite os nomes a que fez referência e este disse que num momento adequado poderá citar. Colocado em votação este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Vereador Ivan disse ser importante o Executivo prestar os esclarecimentos solicitados. Após, foi lido o Requerimento nº 02, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre a vacinação contra a Covid-19 em Rio Pomba. O Vereador Demétrius disse se tratar de um pedido de transparência nas ações que envolvem a vacinação; comentou sobre a situação do asilo onde pessoas ficaram sem vacinar. O sr. Presidente disse que não é briga do Legislativo com o Executivo mas sim pedido de informações para que a Câmara fique documentada. O Vereador Maurílio disse que o Secretário de Saúde já prestou essas informações hoje aqui na Câmara, mas achou desnecessário pois é algo que irá tomar tempo do secretário de saúde. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 27: providências emergenciais no bairro José Mendonça dos Reis; 2) Indicação nº 29: canalização de esgotos no bairro José Mendonça dos Reis-Estação; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 39: manutenção do calçamento da Rua Cel. Juvenal Pena; 2) Indicação nº 41: conserto dos semáforos; 3) Indicação nº 42: manutenção das escolas rurais do Monte Alegre e Candongas; c) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 33: melhorias na estrada rural de Carmos; 2) Indicação nº 34: reparos na Praça Professor Ubirajara; 3) Indicação nº 36: lixeira no bairro Sol Nascente e reparos nos bueiros; d) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 19: muro, limpeza e dedetização do cemitério e roçada do mato no Espaço Clymene de Queiroz; 2) Indicação nº 22: limpeza no parque de exposições e *Vila Militar*; e) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 14: asfaltamento da Praça Governador Milton Campos; 2) Indicação nº 48: travessia de pedestres na Várzea; f) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 23: recipiente para lixo domiciliar na Av. Prof. José Marcelino; 2) Indicação nº 24: proteção em ponte; 3) Indicação nº 25: providências na Rua José Augusto Soares (Zé Pio); g) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 09: recapeamento asfáltico no bairro *Estação*; 2) Indicação nº 43: disponibilização de médico ginecologista nas UBS's; 3) Indicação nº 44: grade de segurança em localidade urbana; h) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 01: asfaltamento de rua no bairro Nossa Senhora das Graças; 2) Indicação nº 02: providências na Rua Coronel José Furtado de Mendonça; i) Ivan Ferreira Martins e Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 12: monitoramento urbano; j) Rafael V. Martins e Demétrius C. Oliveira: 1) Indicação nº 05: retorno das atividades da Vaca Mecânica - Amélia. No pequeno expediente os vereadores puderam se manifestar sobre as indicações e projetos. O sr. Presidente registrou que nesta quarta-feira haverá sessão extraordinária às dezoito horas, para tratar dos Projetos de Leis nºs 1.856, 1.873, 1.874, 1.875, 1.876. No grande expediente, com autorização Plenária, estando presente no recinto o exmo. sr. Prefeito, Reginaldo Furtado de Carvalho, a este foi dada a palavra. Na tribuna, o sr.

Prefeito se pronunciou sobre diversos assuntos municipais, especialmente sobre a vacinação contra a Covid-19 e o credenciamento pelo SUS de dez leitos de UTI para tratamento da Covid-19. Também estando presente o exmo. sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, a este foi dada a palavra. Na tribuna, o sr. Wellington Ferreira de Souza se pronunciou sobre diversos assuntos municipais. O sr. Presidente fechou a sessão com seus comentários finais. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e duas horas e doze minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Segunda Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e doze minutos do dia três de fevereiro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; presente também o sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que solicitou o parecer verbal das comissões a respeito do Projeto de Lei nº 1.856, da Mesa Diretora: Concede a revisão geral anual do vencimento dos servidores públicos da Câmara Municipal. A comissão de Legislação se manifestou pela legalidade do projeto. A Comissão de Finanças (Vereador Ivan foi substituído por Hedilberto) opinou favoravelmente. O sr. Presidente explicou o que trata o projeto e a obediência à Lei Complementar 173 com utilização do IPCA. Após, o Projeto de Lei nº 1.856 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.873/2021, do Executivo: Concede a revisão geral anual para os servidores públicos do município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial tendo em vista o prazo necessário à elaboração da folha de pagamento municipal e o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente solicitou o parecer verbal das comissões a respeito do Projeto de Lei nº 1.873. A comissão de Legislação se manifestou pela legalidade do projeto. A Comissão de Finanças opinou favoravelmente. O sr. Presidente disse que o sr. Vice-Prefeito estava presente e, uma vez que ele tem atribuições na Secretaria de Administração e Finanças, poderia prestar informações sobre o projeto aos vereadores. Então, o Projeto de Lei nº 1.873 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.874/2021, do Executivo: Dispõe sobre alteração na nomenclatura realocação das Secretarias Municipais de Educação e Cultura para SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo para SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, LAZER E TURISMO, e departamentos a elas vinculados com abertura de crédito adicional especial no exercício de 2021 e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial, o que foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Maurílio Rodrigues dos Reis, Hedilberto Teixeira, Gladstone Roncalli da Silva, Ivan Ferreira Martins e Paulo Henrique da Silva; votando contra: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins. Havendo dúvidas dos vereadores quanto à tramitação do projeto, o sr. Presidente solicitou a orientação da Assessora Jurídica da Câmara. O Vereador Frederico disse se os vereadores dirimirem suas dúvidas o projeto poderá ser votado até hoje mesmo. O sr. Presidente disse então que abrirá espaço para os vereadores se manifestarem e, presente o Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, o mesmo pode usar a palavra para se pronunciar sobre os objetivos do projeto e as dúvidas dos vereadores. O Vereador Demétrius questionou a manutenção de dotações destinadas ao carnaval em face de já ser fato que o mesmo não acontecerá. O Vice-Prefeito justificou os motivos do projeto dizendo que se tratar da realocação

dos recursos em função da mudança aprovada em duas secretarias; disse que a urgência é necessária tendo em vista a existência de um prazo curto para criação de evento vinculado à cultura e turismo; disse que o questionamento do Vereador Demétrius é muito saudável e, sobre o carnaval, será outro projeto a ser encaminhado à Câmara pois o projeto atual apenas faz readequações em função dos nomes das secretarias; sugeriu que os vereadores se reúnam com o Executivo para reorganizar a distribuição dos valores do carnaval principalmente dentro da área social. O Vereador Demétrius viu incoerência no projeto vir como abertura de crédito adicional e manter despesas para o carnaval. O sr. Vice-Prefeito disse que as despesas do carnaval foram mantidos porque não houve tempo de redistribuir em outros setores ação para a qual o Executivo quer ouvir os vereadores. O sr. Presidente questionou o que o município pode perder se não votar o projeto hoje e o Vice-Prefeito disse que o mesmo é muito importante para continuar dentro do projeto Caminhos Verdes de Minas. O sr. Vice-Prefeito explicou sobre o projeto de revisão salarial dos servidores e sobre a mudança da data de pagamento em razão de algo que passará a ser obrigatório a todos os municípios. O Vereador Frederico disse acreditar que os vereadores votarão com dúvidas sobre o projeto e gostaria que o mesmo tramitasse para dirimir as dúvidas. O sr. Vice-Prefeito disse que a Secretaria de Esportes passará por algumas dificuldades com a demora na apreciação. O Vereador Maurílio disse haver entendido a situação explicada pelo Vice-Prefeito. O Vereador Rafael lembrou projeto anterior aprovado em janeiro que acabou contendo erro e agora vem outro projeto corrigindo. O sr. Vice-Prefeito comentou que inicialmente entendeu-se que o termo “lazer” englobaria o “turismo”, mas depois se constatou a necessidade de constar o termo “turismo”. O Vereador Hedilberto questionou sobre recursos de 200 mil reais para construção de pórtico e o Vice-Prefeito informou. O Vereador Demétrius falou sobre as especificações da verba sobre o pórtico. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças e os membros desta opinaram pela legalidade do projeto. O projeto então foi colocado em discussão. O Vereador Frederico pediu vistas do projeto para analisar melhor o assunto. O sr. Presidente perguntou o que o município perde com a demora em analisar o projeto. O Vereador Frederico deixou claro que o Vice-Prefeito não informou um prazo máximo que a Câmara teria para aprovar esse projeto, pois ele (Frederico) está disposto a participar de uma outra sessão extraordinária dentro desse prazo sem prejudicar o município. O sr. Vice-Prefeito disse que a Câmara tem o direito de tomar a sua posição e comentou que a questão burocrática rouba um tempo importante. Também se manifestaram os Vereadores Hedilberto e Ivan. Diante das manifestações ocorridas, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.874. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.875/2021, da Mesa Diretora (Presidente e Secretário): Autoriza o Poder Legislativo do município de Rio Pomba a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e com o Ministério Público Estadual objetivando a cessação de estagiários. Também foi lido o Projeto de Lei nº 1.876/2021, da Mesa Diretora (Presidente e o Secretário): Altera o caput do art. 6º da Lei nº 1.598/2018 e insere os incisos I e II. O sr. Presidente explicou os objetivos do projeto. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica, a pedido do sr. Presidente, prestou

informações sobre os projetos. Diante dos comentários dos vereadores, o sr. Presidente o encaminhou o Projeto de Lei nº 1.875 para análise da Comissão de Legislação e o Projeto de Lei nº 1.876 para análise das Comissões de Legislação e de Finanças. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e quarenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e dois de fevereiro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que saudou a presença do Vice-Prefeito, Wellington F. Souza, do Secretário de Agricultura, Sérgio Mota, e de outros assessores do Executivo. O sr. Presidente comunicou o envio de informações pelo Executivo em resposta aos Requerimentos nº 01 e 02, as quais estão à disposição dos vereadores. O sr. Presidente determinou a tramitação das proposições que estão sob análise das comissões: a) Projeto de Lei nº 1.853, do Vereador Hedilberto Teixeira: Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios que causem poluição sonora de alta intensidade, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso de alta intensidade no município de Rio Pomba/MG (na Comissão de Obras o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Paulo); b) Projeto de Lei nº 1.855, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Insere parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 1.704/2020 que cria o programa municipal de controle populacional, ético e humanitário de cães e gatos no município de Rio Pomba/MG e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.875/2021, da Mesa Diretora (Presidente e o Secretário): Autoriza o Poder Legislativo do município de Rio Pomba a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e com o Ministério Público Estadual objetivando a cessão de estagiários; d) Projeto de Lei nº 1.876/2021, da Mesa Diretora (Presidente e o Secretário): Altera o caput do art. 6º da Lei nº 1.598/2018 e insere os incisos I e II. Então, foi lido o Projeto de Lei nº 1.877/2021, do Executivo: “Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzem produtos de origem animal, e contém outras providências.”, no Município de Rio Pomba, MG. O Vereador Maurílio disse que o projeto precisa ser bem estudado. Presente no recinto o Secretário Municipal de Agricultura, Sérgio Antônio da Mota Furtado, a convite da Presidência, ele usou a palavra para falar sobre os objetivos do projeto e responder a questionamentos dos vereadores. Dentre outros comentários, houve dúvidas e sugestões pontuais sobre o abatedouro móvel. Os vereadores foram convidados para palestra que será proferida amanhã sobre este assunto. O Secretário informou que o *site* da Ampar/Cimpar contém o teor do projeto de lei apresentado. Este projeto seguiu tramitando. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 03, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações sobre a distribuição de cestas básicas e aluguel social. O autor falou sobre o agravamento da situação social e corrigiu que não se trata de cestas básicas, mas sim de kit merenda. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 28: manutenção geral dos bueiros; 2) Indicação nº 30: estudo da viabilidade de ampliação da creche Casulo; 3) Indicação nº 49: providência no bairro *Estação* relacionada ao pátio de

transbordo; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 40: muro de arrimo no bairro Rosa Mística; 2) Indicação nº 54: ônibus circular urbano para atender *Estação* e *Panorama*; c) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 32: limpeza no trecho final da Alameda dos Inconfidentes; d) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 59: sinalização horizontal nas ruas e pontos de taxi; 2) Indicação nº 60: redutores de velocidade na Rua Gerardo Marini; e) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 13: passeis no Distrito Industrial; 2) Indicação nº 16: providências nas ruas Francisco Lucas Esteves e Cel. José Furtado de Mendonça; 3) Indicação nº 46: regulamentação de estacionamento na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; f) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 31: iluminação na Av. do Contorno – Trecho da MG-133; 2) Indicação nº 56: calçamento da comunidade da Serrinha; g) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 7: providências na Rua Diógenes Coelho Gomes; h) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 6: reforma do calçamento em ruas centrais da cidade; 2) Indicação nº 58: providências no bairro Sol Nascente; 3) Indicação nº 65: redutores de velocidade na Rua Antônio Mota Campos; i) Hedilberto Teixeira, Paulo H. Silva e Gladstone R. Silva: 1) Indicação nº 61: revisão do valor do auxílio alimentação; j) Paulo H. Silva e Jorge L. M. Soares: 1) Indicação nº 17: providência no Loteamento Panorama e no Distrito Industrial 2 – Núcleos Urbanos. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. O sr. Presidente agradeceu e elogiou a atuação rápida, em pleno domingo, da Secretaria de Obras em socorrer as comunidades urbanas e rurais que foram atingidas pelas fortes chuvas. O Vereador Demétrius agradeceu aos presidiários que têm prestado serviço ao município. No grande expediente os vereadores puderam falar sobre assuntos de interesse público. Assuntos que receberam destaques foram a distribuição do leite de soja ou de origem animal à população carente necessitada, nos moldes da Vaca Mecânica Amélia desativada; a assistência prestada pela Secretaria de Obras e Defesa Civil mediante as ocorrências das fortes chuvas; retorno das aulas presenciais. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e cinco minutos do dia primeiro de março de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que determinou a continuidade da tramitação do Projeto de Lei nº 1.853, do Vereador Hedilberto Teixeira: Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios que causem poluição sonora de alta intensidade, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso de alta intensidade no município de Rio Pomba/MG. O autor disse que aguarda uma opinião dos párocos da cidade. O Vereador Rafael, Presidente da Comissão de Legislação, disse que aguarda a recuperação da saúde do membro Paulo Henrique. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.878/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Autoriza a realização de feira comercial e cultural na Praça Vereador Joaquim Nunes. O autor do projeto se pronunciou e disse que a feira num primeiro momento será voltado ao comércio de mercadorias devido às restrições da pandemia. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para apreciação das Comissões de Legislação e de Obras e serviços. O sr. Presidente leu mensagem do Executivo informando sobre o envio de projeto em breve concedendo o transporte de estudantes universitários. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 74: implantação de ecopontos na cidade; 2) Indicação nº 80: arborização urbana; 3) Indicação nº 87: criação de agenda ambiental; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 66: manilhamento do esgoto na comunidade da Serrinha; 2) Indicação nº 69: providências em ruas do Lindo Vale; 3) Indicação nº 70: normalização do abastecimento de água no Monte Alegre; c) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 88: instalação de um poste de iluminação no *Fomento*; 2) Indicação nº 89: instalação de academias ao ar livre nos locais que menciona; 3) Indicação nº 90: conserto da bomba do bauer ou aquisição de tanque móvel; d) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 21: redutores de velocidade na Av. Palmeira Imperial; 2) Indicação nº 64: sinalização horizontal na cidade; e) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 20: passeio na Av. do Contorno acima da Rua Geralda Canônico de Freitas; 2) Indicação nº 15: asfaltamento da Rua Cel. Juvenal Pena, *Estação*; 3) Indicação nº 47: proibição de estacionamento na Rua Pedro Lopes dos Reis e implantação de mão única; f) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 83: manutenção de mataburro no Tejuco; 2) Indicação nº 83: conserto em passagem de água e reparo em ponte no Bomjardim/Emboque; g) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 08: muro de contenção no final da Alameda dos Inconfidentes; 2) Indicação nº 38: iluminação na Av. do Contorno – trecho da MGC-265; h) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 77: afetação da Av. do Contorno; 2) Indicação nº 78: redutores de velocidade na Av. do Contorno acima da AAB; 3) Indicação nº 79: providências no Bomjardim de Cima; i) Hedilberto Teixeira e Paulo H. da Silva: 1) Indicação nº 57: providências na Praça Joaquim Alves de Araújo; j) Jorge L. M. Soares e Gladstone R. Silva: 1) Indicação nº 55:

repassa dos benefícios do estacionamento rotativo para uma entidade. Estando presente no recinto, o sr. Presidente concedeu a palavra à Exma. Sra. Promotora de Justiça, Dra. Shermila Peres Dhingra, para falar sobre a importância da concessão de estagiários pela Câmara ao Judiciário e ao Ministério Público da comarca. O sr. Presidente comentou sobre a importância do Ministério Público em diversas ações em prol do município, assim como o Judiciário. O Vereador Ivan Martins aproveitou a oportunidade para pedir algumas informações sobre a destinação de penas pecuniárias e o Vereador Demétrius citou exemplo do asilo que recebeu recursos. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e dez minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal das comissões a respeito do Projeto de Lei nº 1.855, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Insere parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 1.704/2020 que cria o programa municipal de controle populacional, ético e humanitário de cães e gatos no município de Rio Pomba/MG e dá outras providências. Na Comissão de Legislação, o Vereador Paulo (ausente) foi substituído pelo Vereador Gladstone. O Vereador Rafael disse que gostaria de avaliar melhor e o sr. Presidente disse que o projeto está tramitando desde a primeira reunião. O sr. Presidente leu o projeto e falou sobre seus objetivos. A Comissão de Legislação então emitiu parecer verbal pela legalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente e Defesa Animal manifestou-se favorável ao projeto. O projeto foi então colocado em discussão. Após, o Projeto de Lei nº 1.855 foi colocado em votação e aprovado pela unanimidade dos presentes. Sendo a próxima proposição o Projeto de Lei nº 1.875/2021, da Mesa Diretora (Presidente e Secretário): Autoriza o Poder Legislativo do município de Rio Pomba a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e com o Ministério Público Estadual objetivando a cessão de estagiários; o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação. Os membros desta comissão manifestaram não terem condições de emitir o parecer verbal. O Projeto de Lei nº 1.875 então seguiu tramitando e o sr. Presidente solicitou o parecer para a próxima sessão ou em sessão extraordinária caso seja convocada. O Vereador Demétrius manifestou sua preocupação com o aumento de gastos na conta do município. A próxima proposição foi o Projeto de Lei nº 1.876/2021, da Mesa Diretora (Presidente e Secretário): Altera o caput do art. 6º da Lei nº 1.598/2018 e insere os incisos I e II. O sr. Presidente substituiu o Vereador Paulo pelo Vereador Gladstone na Comissão de Legislação. Mediante a consulta do sr. Presidente, as comissões de Legislação e de Finanças manifestaram não estarem aptas a concluir a análise do projeto que então seguiu tramitando na mesma condição estabelecida pelo sr. Presidente para o projeto anterior. O Vereador Rafael, Presidente da Comissão de Legislação, designou reunião da mesma para quinta-feira, dezesseis horas. Após, passou-se ao Projeto de Lei nº 1.877/2021, do Executivo: “Dispõe sobre a constituição do Serviço de Inspeção Municipal e os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos que produzam produtos de origem animal, e contém outras providências.”, no Município de Rio Pomba, MG. O sr. Presidente consultou se as comissões poderiam emitir o parecer verbal. O Vereador Demétrius disse que participou de reunião que foi muito esclarecedora sobre o assunto e está apto a

emitir o parecer. O Vereador Rafael disse que o SIM regional tem muito a oferecer ao município. A Comissão de Legislação (Paulo foi substituído por Gladstone) manifestou-se pela legalidade do projeto. A Comissão de Obras e Serviços manifestou-se favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.877, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Ivan disse que o município precisa oferecer um abatedouro para a população. O Vereador Maurílio disse que inicialmente teve dúvidas, mas participou da reunião e viu que o projeto beneficiará muito aos produtores. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. No grande expediente os vereadores puderam falar sobre assuntos de interesse público. Ganhou destaque a sugestão de abertura parcial do parque de exposições para expor ao público a academia ao ar livre. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Terceira Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quatro minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausentes Frederico Senra Condé e Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, solicitou a leitura do Projeto de Lei nº 1.881/2021, do Executivo: Dispõe sobre autorização Legislativa ao Poder Executivo de Rio Pomba, para abrir créditos adicionais especiais na Lei Orçamentária do Exercício de 2021, no valor de R\$23.153,23 (...) para o auxílio financeiro ao enfrentamento à COVID-19 dos recursos na forma de auxílio financeiro para os municípios, conforme art. 5º inciso I da Lei Complementar nº 173/2020 – fonte 161 para aplicação em ações da assistência social, na forma que especifica e dá outras providências. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 04, da Mesa Diretora: Requer o regime de urgência especial. Votado, o requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças (Paulo foi substituído por Gladstone). O parecer foi favorável ao projeto. O projeto de lei foi colocado em discussão. Após, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.881, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.882/2021, do Executivo: Autoriza a utilização dos veículos do Programa Caminhos da Escola a efetuarem o transporte de estudantes do Ensino Superior de acordo com o Parágrafo Único do art. 5º da Lei Federal 12.816 de 05 de junho de 2013 e dá outras providências no Município de Rio Pomba. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 05, da Mesa Diretora: Requer o regime de urgência especial. Votado, o requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação (Paulo foi substituído por Gladstone), de Educação e de Finanças (Paulo foi substituído por Gladstone). Os pareceres das três comissões foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.882, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.883/2021, do Executivo: Ratifica protocolo de intenções firmado entre Municípios brasileiros, com a finalidade de adquirir vacinas para combate à pandemia do coronavirus; medicamentos, insumos e equipamentos na área da saúde. Em seguida, foi lido o Requerimento nº 06, da Mesa Diretora: Requer o regime de urgência especial. Votado, o requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação (Paulo foi substituído por Gladstone), Saúde e de Finanças (Paulo foi substituído por Gladstone). Os pareceres das três comissões foram favoráveis ao projeto. O projeto de lei foi colocado em discussão. O Vereador Rafael Vilela discorreu sobre o projeto. O Vereador Jorge falou sobre a justificativa da urgência. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.883, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente disse que os Vereadores Frederico e Paulo justificaram suas ausências; convidou os vereadores e funcionários para a apresentação do plano de comunicação contratado pela Câmara.

Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e quarenta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quinze minutos do dia quinze de março de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis e Rafael Vilela Martins; ausente Paulo Henrique da Silva; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que informou o fato do Executivo haver respondido ao requerimento de informações sobre aluguel social e distribuição de kit merenda. O sr. Presidente informou que, havendo muitos projetos de leis novos, alguns não serão lidos pois continuarão tramitando. Conforme previamente solicitado o espaço, o Secretário Municipal de Saúde, Jair de Paula Coelho, foi convidado à tribuna para fazer a apresentação do Resultado do Quadrimestre Anterior (3º RDQA/2020). Os relatórios foram apresentados oralmente pelo Secretário, houve a distribuição de cópias aos vereadores e o Secretário respondeu questões pontuais formuladas pelos vereadores. Prosseguiram tramitando enquanto aguardam os pareceres das Comissões: a) Projeto de Lei nº 1.853, do Vereador Hedilberto Teixeira: Proíbe o manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios que causem poluição sonora de alta intensidade, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso de alta intensidade no município de Rio Pomba/MG; b) Projeto de Lei nº 1.878/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Autoriza a realização de feira comercial e cultural na Praça Vereador Joaquim Nunes. Passando aos novos projetos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.879/2021, do Executivo: Dispõe sobre alteração do artigo 1º da Lei nº 1700/2020 que dispõe sobre concessão de subvenções sociais para o exercício de 2021 às Entidades que menciona, e dá outras providências. Registre-se que o Dr. Luís Gustavo D'Ávila Riani, consultor jurídico do Executivo, estava presente e se manifestou oralmente sobre todos os projetos de leis para prestar maiores informações sobre os objetivos. Havendo a concessão do regime de urgência especial pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças, substituindo o Vereador Paulo Henrique da Silva pelo Vereador Gladstone Roncalli da Silva. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.880/2021, do Executivo: Acrescenta autorização à Lei Municipal nº 1.302/2009 e dá outras providências; assim como a Emenda Modificativa nº 01, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.880/2021. O Vereador Demétrius comentou sobre o projeto que já foi até comentado em reunião com a sra. Juíza. Havendo a concessão do regime de urgência especial pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou os pareceres verbais das Comissões de Legislação e de Finanças, substituindo o Vereador Paulo Henrique da Silva pelo Vereador Gladstone Roncalli da Silva. Os pareceres foram favoráveis ao projeto e à emenda. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto e a emenda à ordem do dia desta sessão. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.884/2021, do Executivo: Revoga a Lei Municipal 1.534/2016 e cria o novo Conselho Municipal de Educação, integrando o Conselho do FUNDEB como Câmara. Havendo a concessão do regime de urgência especial pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou os

pareceres verbais das Comissões de Legislação, de Educação e de Finanças, substituindo o Vereador Paulo Henrique da Silva pelo Vereador Gladstone Roncalli da Silva. Os pareceres foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.885/2021, do Executivo: Revoga a lei municipal nº 1.248/2007 e dispõe sobre a criação do novo Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS/FUNDEB. O sr. Presidente solicitou os pareceres verbais das Comissões de Legislação, de Educação e de Finanças, substituindo o Vereador Paulo Henrique da Silva pelo Vereador Gladstone Roncalli da Silva. Os pareceres foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.886/2021, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos para pandemia COVID-19 no valor de R\$17.135,00 (...) conforme Portaria nº 2.222/2020. Havendo a concessão do regime de urgência especial pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças, substituindo o Vereador Paulo Henrique da Silva pelo Vereador Gladstone Roncalli da Silva. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.887/2021, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos para pandemia COVID-19 no valor de R\$100.000,00 (...) conforme Resolução Estadual nº 7.097/2020. Havendo a concessão do regime de urgência especial pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças, substituindo o Vereador Paulo Henrique da Silva pelo Vereador Gladstone Roncalli da Silva. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.888/2021, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para reforço do custeio das ações e serviços de saúde para enfrentamento dos efeitos para pandemia COVID-19 no valor de R\$30.000,00 (...) conforme Portaria nº 2.358/2020. Havendo a concessão do regime de urgência especial pelo Plenário, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças, substituindo o Vereador Paulo Henrique da Silva pelo Vereador Gladstone Roncalli da Silva. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu o projeto à ordem do dia desta sessão. O sr. Presidente comunicou que o próximo projeto a ser apresentado seria o Projeto de Lei nº 1.889/2021, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para criação do FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo no valor de R\$769.630,00 (...) no orçamento vigente e dá outras providências. O sr. Presidente disse que este projeto continuaria tramitando e consultou o Plenário quanto à dispensa da leitura. O Plenário dispensou a leitura. Então, o Projeto de Lei nº 1.889 permaneceu tramitando e foi encaminhado para análise da Comissão de Finanças. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 08, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre veículos em situação de abandono nos logradouros públicos. O autor e os Vereadores Jorge e Ivan se pronunciaram.

Votado, o Requerimento nº 08 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 09, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre o número de adolescentes que participam do Pró-Criança. O autor se pronunciou. Votado, o Requerimento nº 09 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 10, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre os gastos com testes para Covid-19. O autor se pronunciou. Votado, o Requerimento nº 10 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O Vereador Frederico Senra Condé apresentou o Requerimento nº 07: Requer informações sobre emenda parlamentar. O autor e o Vereador Jorge se pronunciaram. Votado, o Requerimento nº 07 foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 73: implantação do ponto eletrônico biométrico nas repartições públicas do município; 2) Indicação nº 97: instalação de parques infantis em praças públicas; 3) Indicação nº 98: demarcação de ciclofaixas; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 67: instalação de lixeira coletiva na descida para Magalhães; 2) Indicação nº 68: construção de ponte de concreto no Monte Alegre e Neblina; c) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 101: guarita para passageiros no bairro Santa Isabel; d) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 86: programa de regularização fundiária; 2) Indicação nº 103: local para construção de barracão para o Partido Alto; e) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 93: asfaltamento de ruas no bairro Sol Nascente; 2) Indicação nº 94: intercessão junto ao DER/MG para instalação de medidas de segurança em rodovia; 3) Indicação nº 95: guarita para passageiros na Av. Professor João Marcelino; f) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 81: redutores de velocidade no bairro do Rosário; g) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 10: abertura de bueiro na Praça Dr. Último de Carvalho; 2) Indicação nº 18: muro de arrimo no almoxarifado; h) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 92: providências no bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 105: limpeza do córrego do Sol Nascente e criação de escala para esse serviço; 3) Indicação nº 106: cessão de cozinheiras para a Sopa da Divina Providência; i) Gladstone R. Silva e Jorge L. M. Soares: 1) Indicação nº 104: Limpeza na Av. Manoel Fernandes; j) Hedilberto Teixeira, Paulo H. Silva, Jorge L. M. Soares e Gladstone R. Silva: 1) Indicação nº 85: PSF na zona rural; k) Todos os Vereadores: 1) Indicação nº 96: Ação Direta Municipal – Programa de Alimentação Popular. Às vinte horas e quarenta e três minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.879, do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.880, do Executivo, com a Emenda da Comissão de Legislação, sendo que ambos foram aprovados pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.884, do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.885, do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.886, do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.887, do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos

presentes. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.888, do Executivo, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Parecer nº 01, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.875. Mediante dúvida do Vereador Maurílio houve um debate sobre a finalidade dos Projetos de Leis 1.875 e 1.876. O sr. Presidente então colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.875/2021, da Mesa Diretora (Presidente e Secretário): Autoriza o Poder Legislativo do município de Rio Pomba a celebrar convênio com o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e com o Ministério Público Estadual objetivando a cessação de estagiários; o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Parecer nº 02, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.876. A seguir, foi lido o Substitutivo nº 01, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.876/2021: Altera o caput do art. 6º e insere incisos e altera o caput do art. 8º da Lei nº 1.598/2018. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças, substituindo o Vereador Rafael por Hedilberto e o Vereador Paulo por Frederico. O parecer desta comissão foi favorável ao Substitutivo. O Vereador Frederico disse que havia pedido tempo para avaliar os impactos dessa despesa. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei nº 1.876/2021, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. O Projeto de Lei nº 1.876/2021, da Mesa Diretora (Presidente e Secretário): Altera o caput do art. 6º da Lei nº 1.598/2018 e insere os incisos I e II; ficou arquivado em função da aprovação do Substitutivo nº 01. O Vereador Hedilberto disse que procurou informações e percebeu que não seria legal permitir três estagiários com esse valor de bolsa. O Vereador Jorge disse que o projeto reduziu a participação de mais um estagiário que se beneficiaria muito com o auxílio da bolsa, podendo ajudar a família, e o conhecimento adquirido. O Vereador Demétrius disse que avaliou os gastos que seriam gerados ao município ao elevar o valor da bolsa de quinhentos para mil e duzentos reais. O Vereador Gladstone disse que a fala do Vereador Jorge está passando para a população uma impressão de que a Câmara está tirando a oportunidade de alguém estar aqui, mas é preciso enxugar a máquina administrativa. O Vereador Hedilberto disse que a fala do Vereador Jorge está colocando os oito vereadores contra a população. Devido à extensão da pauta o sr. Presidente concedeu a fala aos vereadores por no máximo cinco minutos para falar sobre as indicações ou assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e trinta e oito minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e cinco minutos do dia cinco de abril de dois mil e vinte e um, reunidos em sessão ordinária remota, em conformidade com a Portaria nº 401/2021, todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou o envio do Relatório Anual de Atividades da Emater do ano de 2020, o qual estava à disposição dos vereadores. O sr. Presidente apresentou o Projeto de Resolução nº 355/2021, dos Vereadores Rafael V. Martins, Demétrius C. Oliveira e Frederico S. Condé: Altera a redação do § 4º do art. 175 da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, com referência ao uso de telefones durante as sessões da Câmara; com a Emenda Modificativa nº 01 ao, do Vereador Jorge L. M. Soares, ao Projeto de Resolução nº 355/2021. A leitura destas proposições foi dispensada tendo em vista estarmos em sessão remota e a permanência em tramitação, além do fato dos textos já terem sido postados em grupo virtual dos srs. Vereadores. O sr. Presidente encaminhou o Projeto de Resolução nº 355 e a emenda para a Comissão de Legislação. Continuando, foi lido o Requerimento nº 11, do Rafael Vilela Martins: Requer informações sobre rescisões contratuais. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 72: abrigo de ônibus na cidade e na zona rural; 2) Indicação nº 121: limpeza, plantio de grama e reforma do muro na encosta das *Casas Populares*; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 35: revitalização das praças que menciona; 2) Indicação nº 100: providências em bueiro de rua no *Mutirão*; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 107: limpeza de córregos em duas comunidades; 2) Indicação nº 125: iluminação de LED na cidade; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 110: academia ao ar livre no *Mutirão*; 2) Indicação nº 117: bueiros na Rua Dr. Fausto; 3) Indicação nº 122: alteração de rede condutora de águas pluviais na *Pedreira*; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 115: providências para a implantação do modelo de escola cívico-militar no município; 2) Indicação nº 120: substituição dos braços das luminárias na Rua Geraldo Rosa Soars e no bairro *Estação*; 3) Indicação nº 126: auxílio emergencial para famílias cadastradas no Cras; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 03: construção de moradias populares; 2) Indicação nº 124: calendário de vacinação aos sábados; g) Hedilberto Teixeira e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 114: providências na Rua Major João Baptista Coelho; h) Demétrius C. Oliveira e Rafael V. Martins: 1) Indicação nº 118: distribuição de kit merenda e kit higiene. Às dezoito horas e vinte e dois minutos, aberta a ordem do dia, foram lidos ofícios do GAARP e da AAPARP em apoio ao Projeto de Lei nº 1.853. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, de Obras e Serviços (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Paulo) e de Meio Ambiente e Defesa Animal sobre o supracitado projeto. As três comissões, por unanimidade de seus membros, manifestaram-se favoráveis ao projeto. Assim, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.853, do Vereador Hedilberto Teixeira: Proíbe o

manuseio, a utilização, a queima e a soltura de fogos de estampidos e de artifícios que causem poluição sonora de alta intensidade, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ruidoso de alta intensidade no município de Rio Pomba/MG. Este projeto foi aprovado por unanimidade. A pedido do autor, seguiu tramitando o Projeto de Lei nº 1.878/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Autoriza a realização de feira comercial e cultural na Praça Vereador Joaquim Nunes. Seguindo a pauta, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Finanças sobre o Projeto de Lei nº 1.889/2021, do Executivo: Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial para criação do FUMTUR – Fundo Municipal de Turismo no valor de R\$769.630,00 (...) no orçamento vigente e dá outras providências. A comissão se manifestou favoravelmente. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.889/2021, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações ou qualquer assunto de interesse público no prazo de cinco minutos. O Vereador Maurílio Rodrigues registrou que não tem feito indicações escritas mas tem feito contato diretamente com os setores da Prefeitura levando as necessidades, especialmente o setor de obras. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia dezenove de abril de dois mil e vinte e um, reunidos em sessão ordinária remota, em conformidade com a Portaria nº 401/2021, os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que determinou a tramitação do Projeto de Resolução nº 355/2021, dos Vereadores Rafael V. Martins, Demétrius C. Oliveira e Frederico S. Condé: Altera a redação do § 4º do art. 175 da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, com referência ao uso de telefones durante as sessões da Câmara; bem como da Emenda Modificativa nº 01 ao, do Vereador Jorge L. M. Soares, ao Projeto de Resolução nº 355/2021. Ambos aguardam análise da Comissão de Legislação. Após, foi lido o Requerimento nº 12, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Requer informações sobre a criação de feira comercial e cultural. O autor comentou os motivos do seu requerimento. Votado, o Requerimento nº 12 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 13, dos Vereadores Gladstone, Hedilberto, Ivan e Paulo: Requer informações sobre a obra de construção da sede da Câmara. O Vereador Gladstone disse que o valor da obra em mais de um milhão de reais é vultoso especialmente num período de pandemia e crises vividas por tantas famílias. O Vereador Hedilberto disse que várias questões motivaram o requerimento, especialmente o alto custo da obra e as dificuldades enfrentadas pelo hospital; disse também se tratar de transparência dos atos inclusive para a população. O Vereador Ivan disse que visitou a obra junto com a Mesa Diretora e o valor da obra chamou a sua atenção; disse que é cobrado pela população sobre o custo dessa obra; disse que de fato o momento é complicado para fazer um investimento desses. O Vereador Rafael pediu a palavra para explicar o assunto; lembrou que o contrato foi assinado em dezembro de 2019 quando não havia pandemia, a obra iniciou em 2020 e o atual Presidente está dando continuidade; disse que no site da Câmara todas as informações requeridas estão presentes, sendo importante a transparência e também a continuidade da obra, pois é um descaso com o dinheiro público a paralisação de uma obra; parabenizou o Presidente Jorge por continuar a obra. O Vereador Hedilberto disse que o site tudo bem, mas quer ver papel por papel e a gravidade da pandemia está aí; disse que na sua opinião a obra seria paralisada imediatamente e revertidos recursos para ajudar o hospital, sendo que a Câmara será concluída de toda forma. O Vereador Demétrius disse que sua posição é contrária à construção da Câmara principalmente num período de pandemia; citou que os novecentos mil reais não serão suficientes e sugeriu ao Presidente que veja com o engenheiro responsável quanto por cento da obra ainda falta a ser feito; disse que o projeto tem suas vantagens por prever acessibilidade mas a pandemia precisa ser considerada; sobre parar a obra é preciso analisar tudo antes. O Vereador Paulo apoiou as palavras dos vereadores que o precederam e disse que o momento não é para essa obra, podendo a mesma ser paralisada por algum tempo pois o dinheiro poderá fazer falta. O Vereador Maurílio disse que a obra foi licitada e houve um vencedor, havendo um limite para reajustes; disse que

paralisar a obra o prejuízo será da Câmara. O Vereador Jorge disse que pegou a obra e parar será algo sinistro, inclusive já existindo obra inacabada na mesma rua; disse que o momento é inoportuno, mas parar a obra irá deteriorá-la; sugeriu que os vereadores em conjunto vejam a possibilidade de oferecer um auxílio ao hospital de forma que as duas coisas sejam feitas; disse que já solicitou ao construtor informações sobre as fases de execução da obra. Votado, o Requerimento nº 13 foi aprovado por unanimidade. Foi lido também o Requerimento nº 14, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre o horário de trabalho do farmacêutico e horas extras. O Vereador Demétrius comentou sobre o requerimento que provem de reclamações da população e também de uma denúncia. O Vereador Hedilberto disse que já esteve com o Secretário de Saúde e obteve algumas informações, mas todo requerimento de informações é bem-vindo e o fato de haver denúncia precisa ser esclarecido; comentou também sobre multa recebida pelo município em 2018. Votado, o Requerimento nº 14 foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi lida a Moção nº 1, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Moção de aplausos a toda equipe de funcionários do Hospital São Vicente de Paulo de Rio Pomba-MG. O autor se pronunciou. Votada, a Moção nº 01 foi aprovada por unanimidade. O Vereador Frederico solicitou ao sr. Presidente a apresentação do Requerimento nº 15: Requer informações sobre o horário de trabalho do farmacêutico municipal. O sr. Presidente aceitou o requerimento. Votado, o Requerimento nº 15 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 134: energia fotovoltaica nos prédios públicos; 2) Indicação nº 135: criação de local para reforço escolar e capacitação profissional; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 140: fechamento de espaço na Praça Messias Baía; 2) Indicação nº 141: reforma de ponto de ônibus do Monte Alegre; 3) Indicação nº 142: remoção de poste; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 130: reforma do muro de contenção da Rua Madre Cabrini; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 112: redutor de velocidade no Bairro Boa Vista; 2) Indicação nº 127: alteração da lei de contratações temporárias; 3) Indicação nº 128: ponto facultativo no dia natalício para os contratados; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 76: pintura dos redutores de velocidade na Av. do Contorno, saída para Ubá; 2) Indicação nº 91: recebimento de imóvel em doação – Unidos do Tejuco; 3) Indicação nº 108: cessão de espaço para instalação de equipamento da Copasa; f) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 136: redutor de velocidade na MGC-265 saída para Belo Horizonte; 2) Indicação nº 139: extensão de rede elétrica e iluminação pública no Panorama; g) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 132: mudança de local de bueiro – Jardim América; 2) Indicação nº 133: medida de segurança referente à ponte sobre o rio São Manoel; h) Paulo H. Silva e Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 129: construção de moradias em terrenos municipais; i) Demétrius C. Oliveira, Hedilberto Teixeira e Rafael V. Martins: 1) Indicação nº 137: renovação das placas identificadoras de rua e instalação na Rua Geralda Canônico de Freitas. Estando presente remotamente, o sr. Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, pronunciou-se sobre ações da Prefeitura sobre a criação de gado nas áreas urbanas diante de recomendação do Ministério Público; disse que toda a situação está aberta para ser disponibilizada aos

vereadores e se trata de recomendação do Ministério Público. O assunto foi amplamente debatido. O sr. Presidente da Câmara convocou sessão extraordinária para o dia vinte e três de abril, às dezoito horas, a fim de apreciar o Projeto de Lei Complementar nº 29/2021, que altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/1994 – Código de Posturas Municipal. Ao ensejo, o sr. Presidente já solicitou que as Comissões de Legislação, Saúde, Serviços e Defesa Animal providenciassem seus pareceres. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre suas indicações e os projetos. Às dezenove horas e trinta e oito minutos, aberta a ordem do dia, permaneceu tramitando o Projeto de Lei nº 1.878/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Autoriza a realização de feira comercial e cultural na Praça Vereador Joaquim Nunes. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Quarta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas do dia vinte e três de abril de dois mil e vinte e um, reunidos em sessão ordinária remota, em conformidade com a Portaria nº 401/2021, todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que abriu a ordem do dia e procedeu à leitura do Projeto de Lei Complementar nº 29/2021, de autoria de todos os Vereadores: Altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/1994 – Código de Posturas Municipal. Após, foi votado o Requerimento nº 16, da Mesa Diretora: Requer o regime de urgência especial. O requerimento foi aprovado por unanimidade. Também foi lida a conclusão do parecer jurídico da Assessora Jurídica da Câmara. Em sequência foram lidos: a) Parecer nº 03, da Comissão de Legislação; b) Parecer nº 01, da Comissão de Meio Ambiente e Defesa Animal; c) Parecer nº 01, da Comissão de Saúde; d) Parecer nº 01, da Comissão de Serviços. Então, o sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 29/2021. O Vereador Jorge Luís Martins Soares comentou que o inquérito do Ministério Público sobre a criação de animais em áreas urbanas se desenvolve desde 2020; sugeriu que o Executivo conclua a atualização do código de posturas. O Vereador Ivan Ferreira Martins disse que prontamente entrou em contato com o Presidente da Câmara para se realizar esta sessão extraordinária a fim de corrigir um erro de uma legislatura passada, em se tratando de situação que vem a agravar a crise financeira vivenciada por tantas famílias. O Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira teceu comentários sobre o crescimento da cidade que vai conflitando com áreas antes rurais; lembrou que o Código de Posturas tem 27 anos e possui vários artigos ultrapassados; citou a possibilidade de vários conflitos virem a acontecer por causa de certos artigos do Código de Posturas; citou a necessidade de um trabalho de vigilância da Prefeitura para não ocorrer situações de maus tratos aos animais. O Vereador Rafael Vilela disse que em 2020 aconteceram várias reuniões de uma equipe avaliando o Código de Posturas e disse ser necessário reativar esse trabalho de revisão. O Vereador Hedilberto Teixeira disse que a Câmara vem para defender o povo e um bem que não pode acabar. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis disse que é preciso considerar a existência de muitos produtores sobreviverem da renda de suas propriedades rurais que são confrontantes com o perímetro urbano. O Vereador Frederico disse que a Câmara está se movimentando em defesa das pessoas que têm seu sustento dependente da criação de animais. O Vereador Hedilberto lembrou que o perímetro urbano poderá ser estendido ainda mais, como por exemplo em direção ao Loteamento Panorama, o que abrangeria muitas propriedades rurais. O Vereador Paulo disse que sempre ouviu falar da necessidade de se mudar o Código de Posturas e desejou que agora se possa efetivamente fazê-lo, para que não se chegue no ponto atual que dificulta a tomada de decisões. O Vereador Gladstone Roncalli da Silva disse que o intuito dessa reunião é mudar o Código de Posturas defasado; disse que existem coisas absurdas e surreais que causam até vergonha nessa lei; colocou-se à disposição para montar uma equipe de

vereadores de revisão das Posturas junto com o Executivo. O Vereador Jorge Luís Martins Soares disse que esta reunião visa apoiar a população e que existem várias propriedades localizadas dentro do perímetro urbano com cadastro rural. O Vereador Maurílio lembrou que esses proprietários tem o seu cartão de produtor rural, algo que é inquestionável. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 29/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e quarenta e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia três de maio de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão as atas as sessões anteriores (01, 03 e 22 de fevereiro; 01, 08 e 15 de março). Votadas, todas as atas foram aprovadas por unanimidade. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.890/2021, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial, tendo em vista se tratar de revisão geral anual. O regime de urgência foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação e de Finanças. Ambas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente remeteu à ordem do dia desta sessão o Projeto de Lei nº 1.890/2021. Dando continuidade, o sr. Presidente consultou a Comissão de Legislação quanto ao Projeto de Resolução nº 355/2021, dos Vereadores Rafael V. Martins, Demétrius C. Oliveira e Frederico S. Condé: Altera a redação do § 4º do art. 175 da Resolução nº 311/2016 – Regimento Interno da Câmara, com referência ao uso de telefones durante as sessões da Câmara. O Vereador Rafael foi substituído na comissão pelo Vereador Hedilberto. O parecer da Comissão de Legislação foi pela legalidade do projeto e da emenda. Então, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda Modificativa nº 01 ao, do Vereador Jorge L. M. Soares, ao Projeto de Resolução nº 355/2021. A emenda foi aprovada por unanimidade. Em seguida, foi votado o Projeto de Resolução nº 355/2021, o qual também foi aprovado por unanimidade. A seguir, o Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira apresentou o Requerimento nº 17: Requer informações sobre a possível municipalização da Escola Estadual Padre Manoel de Jesus Maria. O autor falou sobre seu requerimento. O Vereador Gladstone, como Presidente da Comissão de Educação, disse que já solicitou algumas informações sobre o assunto. O Vereador Demétrius solicitou que essas informações sejam compartilhadas com os demais membros da comissão. Votado, o Requerimento nº 17 foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente disse que encaminhará à Comissão de Educação o e-mail que o SindUte enviou à Câmara sobre a realização de uma audiência. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 138: construção da praça da juventude; 2) Indicação nº 153: criação do Projeto Casa Abrigo; 3) Indicação nº 155: reforma e adequação das calçadas pertencentes ao município; b) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 149: passe livre a pessoas portadoras de deficiência e idosos; 2) Indicação nº 150: providência no *Canto do Rio*; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 84: providências na região de Coelhos; 2) Indicação nº 156: fechamento do vão central dos mata-burros; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 4: providências no Loteamento Panorama; 2) Indicação nº 37: asfaltamento e iluminação na Av. Manoel Fernandes; 3) Indicação nº 144: rede de esgoto e pluvial na Rua Tomé Borges; e) Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva e Paulo H. Silva:

1) Indicação nº 143: cartão alimentação para conselheiros tutelares; f) Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 147: providências na estrada rural de Barras; g) Jorge Luís Martins Soares, Ivan F. Martins, Hedilberto Teixeira, Gladstone R. Silva e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 157: cestas básicas para famílias necessitadas. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação, para que as comissões se reúnam, do Projeto de Lei nº 1.878/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Autoriza a realização de feira comercial e cultural na Praça Vereador Joaquim Nunes. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.890/2021, do Executivo: Dispõe sobre a revisão geral anual do subsídio dos agentes políticos municipais do Poder Executivo. O Projeto de Lei nº 1.890 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Rafael Vilela justificou seu voto dizendo que não se tratar de aumento, mas de reajuste inflacionário, o qual já foi concedido a todos os servidores e agora vem aos secretários municipais; disse que ele seria injusto se votasse contra esse projeto inclusive tendo em vista o aumento de preços. O sr. Presidente parabenizou a administração pela concessão de reajuste na integralidade. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. Dentre outros assuntos, o Vereador Demétrius fez agradecimentos a diversas pessoas e organizações que efetivamente contribuem com a nossa cidade; agradeceu também a administração municipal pelo compromisso de verificar a possibilidade de aumentar o valor da subvenção ao hospital e por anunciar o começo da distribuição do kit merenda usando recursos do Instituto Federal. O Vereador Rafael, dentre outros assuntos, disse que existem requerimentos sem resposta do Executivo e que os vereadores estão sendo indagados por populares e servidores; agradeceu ao secretário Dalmo pelo atendimento rápido a pedido de melhorias no Bomjardim. O Vereador Gladstone falou sobre diversas ações que a administração municipal tem implantado em benefício das condições de trabalho dos servidores municipais; prestou informações também testes para Covid-19. O Vereador Hedilberto elogiou o fato da administração municipal estar respondendo a todos os pedidos de informações; parabenizou a Secretaria de Obras pela atuação ágil e a administração pelos estudos de EPI's; comentou sobre a aquisição de testes Covid-19; parabenizou o Secretário de Saúde pelas portas abertas ao diálogo, assim como o sr. Prefeito. Os Vereadores Jorge e Rafael comentaram sobre a possibilidade de ceder um espaço do Pombense Espore Clube à Copasa para a instalação de um *booster*. O Vereador Jorge registrou o falecimento da ex-servidora municipal Eunice Maria de Oliveira, ocorrido em 21 de abril próximo passado. O Vereador Gladstone pediu consciência da população com os cuidados da Covid-19 na volta do município para a onda amarela. O Vereador Hedilberto parabenizou à Câmara e à Apae, assim como às mães envolvidas, nas ações de conscientização do Abril Azul – Autismo. O sr. Presidente também fez esse registro. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quatro minutos do dia vinte e quatro de maio de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Jorge Luís Martins Soares, Presidente, foi aberta a sessão pelo sr. Vice-Presidente, Vereador Ivan Ferreira Martins, que colocou em discussão as atas as sessões anteriores (05, 19, 23 de abril; 03 de maio). Votadas, todas as atas foram aprovadas por unanimidade. O Presidente em exercício comunicou o envio de informações requisitadas ao Executivo, as quais estão à disposição dos Vereadores: 1) Requerimento 09, pró-criança; 2) Requerimento 11, rescisão contratual; 3) Requerimento 14, farmacêutico. Passando às proposições, seguiu tramitando Projeto de Lei Complementar nº 30/2021, do Legislativo: Revoga a Lei Complementar nº 24/2021 que altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, e repristina efeitos. O Presidente em exercício o encaminhou para análise das comissões de Legislação, Meio Ambiente, Saúde e Serviços. Foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 31/2021, do Executivo: Altera a Lei nº 940 de 04 de abril de 1995 (Código de Obras). O Presidente em exercício determinou a sua tramitação o enviou para as comissões de Legislação e de Obras. Seguindo os trabalhos, foi lido o Ofício nº 061, do Executivo. Devido à sua extensão e considerando que o mesmo seguiria tramitando, o Plenário dispensou a leitura do Projeto de Lei nº 1.891/2021, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2022 e dá outras providências. O sr. Presidente em exercício determinou a sua tramitação e abriu o prazo de quinze dias para emendas. Pelos mesmos motivos do projeto anterior, o Plenário dispensou a leitura do Projeto de Lei nº 1.892/2021, do Executivo: Dispõe sobre a criação do novo Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Rio Pomba, MG, Revoga a Lei Municipal nº 1.111/2001 de 01 de março de 2001 e dá outras providências. O sr. Presidente em exercício o enviou para análise das comissões de Legislação e Educação. Após, foi lido o Requerimento nº 18, do Vereador Frederico Senra Condé: requer informações sobre o abastecimento de água na Serrinha. O autor falou sobre os objetivos do seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Requerimento nº 19, do Vereador Frederico Senra Condé: requer informações sobre o abastecimento de água no Monte Alegre. O autor falou sobre os objetivos do seu requerimento. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 109: unidade móvel de saúde; 2) Indicação nº 152: reforma do calçamento da Rua Francisco Lucas Esteves; 3) Indicação nº 154: contratação do serviço de capina urbana; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 148: recapeamento asfáltico na Rua José Felizola; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 131: parceria com a Ascarp; 2) Indicação nº 161: vigilância nas escolas municipais; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 111: academia ao ar livre na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 164: substituição de árvore na Praça Vereador Joaquim Nunes; 3) Indicação nº 165: limpeza às margens da MGC-265-

Alto do Trevo; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 158: rotatória no bairro Jardim América; 2) Indicação nº 162: parceria público-privada para fomento do Pró-Criança; f) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 151: travessia de pedestres na Rua João Marcelino; 2) Indicação nº 163: edificação de uma quadra de futevôlei; g) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 166: ampliação dos horários do ônibus circular; 2) Indicação nº 167: combate à proliferação de mosquitos; h) Hedilberto Teixeira, Paulo H. Silva, Gladstone R. Silva, Jorge L.M. Soares: 1) Indicação nº 159: recapeamento asfáltico no bairro Nossa Senhora da Graças. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Um dos assuntos de maior repercussão foi a reorganização das unidades básicas de saúde pretendida pelo Executivo. Às dezoito horas e cinquenta e oito minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente em exercício determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.878/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Autoriza a realização de feira comercial e cultural na Praça Vereador Joaquim Nunes; para que as comissões se reúnam e emitam seus pareceres. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre qualquer assunto de interesse público. O Vereador Rafael, Presidente da Comissão de Legislação, informou que nesta sexta-feira, 17 horas, haverá reunião sobre o Projeto de Lei nº 1.878 e sugeriu que a Comissão de Serviços também se reúna no mesmo horário. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Quinta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou estar na mesa de cada vereador o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas da Prefeitura do ano de 2019, processo que já está com a Comissão de Finanças na forma regimental. O sr. Presidente comunicou que o motivo desta convocação é tratar sobre o Projeto de Lei Complementar nº 30/2021, do Legislativo: Revoga a Lei Complementar nº 24/2021 que altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, e repristina efeitos. O sr. Presidente fez a leitura da ata da reunião realizada no dia 24 de maio entre a representante do Ministério Público da Comarca, Dra. Shermila Peres Dhingra, os Vereadores e representantes do Executivo. Os Vereadores Demétrius e Ivan pediram para constar que não compareceram à reunião no Ministério Público, ao contrário do que se depreende da ata de que todos estavam presentes. Foi lido também o Projeto de Lei Complementar nº 30/2021. O sr. Presidente consultou as seguintes comissões permanentes se tinham condições de emitirem os pareceres verbais: a) Legislação; b) Meio Ambiente e Defesa Animal; c) Saúde; d) Serviços. Todos os presidentes dessas comissões manifestaram-se pela necessidade de melhor análise do projeto de lei. O sr. Presidente então solicitou também o parecer da assessoria jurídica da Câmara e o Projeto de Lei Complementar nº 30 seguiu tramitando. O sr. Presidente informou que está de posse do material relativo à revisão do código de posturas segundo o trabalho feito na administração anterior; pediu que o Executivo e o Legislativo se mobilizem para a aprovação desta nova versão. Presente no recinto o Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, o sr. Presidente, com a autorização plenária, concedeu a palavra para que o mesmo pudesse se manifestar a esse respeito. O Vice-Prefeito falou sobre a minuta do código de posturas e também sobre a questão da criação de animais em áreas urbanas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e dois minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e vinte minutos do dia sete de junho de dois mil e vinte e um, em conformidade com a Portaria nº 407/2021, reunidos remotamente todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou a data da próxima sessão e o fato do Executivo haver respondido ao pedido de informações formulado através do Requerimento nº 15 (multa à farmácia municipal em 2018). Foi lida a justificativa da ausência do sr. Presidente à sessão ordinária anterior, a qual foi aprovada unanimemente pelo Plenário. Foi lido o Ofício nº 7.306/2021 do TCE/MG encaminhando as contas do Executivo do ano de 2019. O sr. Presidente comunicou que a matéria já está com a Comissão de Finanças. Passando às proposições, o sr. Presidente determinou a continuidade da tramitação: a) Projeto de Lei Complementar nº 31/2021, do Executivo: Altera a Lei nº 940 de 04 de abril de 1995 (Código de Obras); b) Projeto de Lei nº 1.891/2021, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2022 e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.892/2021, do Executivo: Dispõe sobre a criação do novo Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Rio Pomba, MG, Revoga a Lei Municipal nº 1.111/2001 de 01 de março de 2001 e dá outras providências. O sr. Presidente encaminhou o Projeto de Lei nº 1.891 à Comissão de Finanças e, a respeito do Projeto de Lei nº 1.892, solicitou que as comissões de Legislação e de Educação se agilizem por se tratar de matéria importante com prazo. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.893/2021, do Executivo: Dispõe sobre a Faixa Edificável ao Longo das Faixas do Domínio do Município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para as comissões de Legislação e Obras, solicitando que os pareceres sejam emitidos em tempo para a próxima sessão. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.894/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Declara de utilidade pública a Associação Agroecológica Ecoletivo. O sr. Presidente discorreu sobre o projeto, determinou a sua tramitação e o enviou para a comissão de Legislação. A seguir foi lido o Requerimento nº 22, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações completas ao Poder Executivo sobre a licitação e contratação da empresa FW Serviços Especializados Eireli. O autor falou sobre o seu requerimento dizendo que na licitação houve questionamentos de empresas concorrentes na licitação, achando que por precaução a Câmara deve ter acesso. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Sobre o Projeto de Lei Complementar nº 31 os Vereadores Rafael e Vilela disseram ser complexo e necessitarem ouvir o engenheiro da Prefeitura. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 178: contratação de psicólogo e assistente social para formação de equipes multidisciplinares; 2) Indicação nº 179: parceria com a Polícia Militar para implantação da patrulha rural; 3) Indicação nº 181: criação de pista de caminhada ecológica; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação nº 168: sinalização na Praça Joaquim Alves de Araújo; 2) Indicação nº 172: providências na região de Candongas; c) Gladstone Roncalli da Silva: 1)

Indicação nº 184: tela de proteção na Rua Ozório Novato – Pedreira; d) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 113: manutenção de passeios e bocas de lobo no alto do trevo; 2) Indicação nº 175: redimensionamento da rede de esgoto e pluvial no bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 177: abrigo de passageiros em ponto de ônibus do Lindo Vale; e) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 169: travessia de pedestres na esquina da Rua Luiza Alvim; 2) Indicação nº 170: homenagem ao ex-Vereador Antônio Roque; 3) Indicação nº 171: substituição de redutor de velocidade à Rua Cel. José Furtado; f) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 63: manutenção e limpeza no acesso para a Rua José Paulo de Miranda; 2) Indicação nº 82-2ª edição: conserto em passagem de água e reparo em ponte no Bomjardim/Emboque; g) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 145: Viradouro na Vila Antônio Dias; h) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 174: permanência de médico e de comunidade em UBS e PSF; 2) Indicação nº 176: aumento do valor do aluguel social; i) Jorge L. M. Soares e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 11: creche de 06 meses a 02 anos. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e trinta e três minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente determinou a tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 30/2021, do Legislativo: Revoga a Lei Complementar nº 24/2021 que altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, e repristina efeitos. O sr. Presidente disse que o Ministério Público já enviou os termos do acordo mas houve uma revisão que está com as assessorias jurídicas da Câmara e da Prefeitura, o qual será disponibilizado também aos vereadores. O sr. Presidente, diante dos pareceres das comissões, consultou ao Vereador Ivan Ferreira Martins, autor, se ele iria retirar de tramitação o Projeto de Lei nº 1.878/2021: Autoriza a realização de feira comercial e cultural na Praça Vereador Joaquim Nunes. O Vereador Ivan Martins disse que sim e que o encaminhará na forma de indicação. No grande expediente os vereadores puderam falar sobre assuntos de interesse público. O assunto de maior repercussão foi a proposta de modificações na organização das unidades básicas de saúde, inclusive hoje estava prevista a manifestação do Secretário de Saúde, mas tal participação foi adiada. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezoito horas e trinta minutos do dia vinte e um de junho de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (24 e 28 de maio, 07 de junho). As três atas foram aprovadas por unanimidade. O sr. Presidente comunicou que o Executivo respondeu aos pedidos de informações formulados através dos Requerimentos nºs 18 e 19. O processo de prestação de contas do Executivo do ano de 2019 já está com a Comissão de Finanças. Conforme previamente solicitado, o Sr. Presidente convidou a usar a palavra o Secretário Municipal de Saúde, Jair de Paula Coelho, para falar sobre assuntos de interesse público relacionados à sua pasta, especialmente a reorganização das unidades básicas de saúde. Participaram da explanação servidoras da Secretaria de Saúde e houve a interação pelos vereadores. Passando às proposições, o Plenário dispensou a leitura da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 16, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé e Rafael V. Martins: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispondo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o enviou para análise da Comissão de Legislação (Rafael foi substituído por Gladstone; Demétrius foi substituído por Maurílio) e da Comissão de Finanças (Rafael foi substituído por Gladstone). Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.895/2021, do Executivo: Dispõe sobre autorização Legislativa ao Poder Executivo de Rio Pomba, para abrir créditos adicionais especiais no valor de R\$100.000,00 (Cem mil reais) na Lei Orçamentária do Exercício de 2021, referente a repasse de recursos financeiros da Resolução SEGOV Nº 011, 03 de maio de 2021, na forma que especifica e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente consultou verbalmente a Comissão de Finanças e esta opinou favoravelmente ao projeto. Então, o Projeto de Lei nº 1.895 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. O Vereador Rafael Vilela fez agradecimentos pela aprovação. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.896/2021, do Executivo: Cria o Programa Máquina Solidária, e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. Os Vereadores Maurílio, Rafael, Jorge e Frederico falaram em apoio ao projeto. O sr. Presidente consultou verbalmente as Comissões de Legislação, Obras e Finanças. As três comissões opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o Projeto de Lei nº 1.896 foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.897/2021, do Executivo: Dispõe sobre alteração no valor da concessão da subvenção social ao Pombense Esporte Clube no exercício de 2021 e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. O Vereador Rafael falou sobre o objetivo deste projeto. O sr. Presidente consultou verbalmente a Comissão de Finanças e esta opinou favoravelmente ao projeto. Então, o Projeto de Lei nº 1.897 foi colocado em votação e aprovado por

unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.898/2021, do Executivo: “Cria o projeto Conservador do rio Pomba e dá outras providências.” O mesmo seguiu tramitando e foi encaminhado para as Comissões de Legislação, Obras, Meio Ambiente e Finanças. Continuando os trabalhos, foi lido o Requerimento nº 23, dos Vereadores Frederico S. Condé e Paulo H. Silva: requer informações sobre a execução do contrato celebrado em 2018 com a Copasa. O Vereador Frederico falou sobre o objetivo do requerimento e o Vereador Demétrius pediu que sejam fornecidos os anexos do contrato. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 24, do Vereador Demétrius C. Oliveira: requer informações sobre a obra de contenção das margens do rio Pomba. O Vereador Demétrius falou sobre o requerimento. O Vereador Ivan disse que a Câmara deveria fazer convocações e investigar sobre aquela obra às margens do rio Pomba, pois foi dinheiro público mal aplicado. O Vereador Demétrius disse que primeiramente a Câmara deve ouvir a empresa responsável pela obra. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas as seguintes proposições: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 180: abertura do espaço da praça e academia ao ar livre junto ao Parque de Exposições; 2) Indicação nº 192: manutenção na zona rural de Sobradinho; 3) Indicação nº 193: estudo urbanístico das entradas da cidade; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 182: lixeiras nas praças; 2) Indicação nº 185: manutenção das estradas de Passa-Cinco e Sinhá; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 173: criação de feira comercial e cultural no bairro Nossa Senhora das Graças; 2) Indicação nº 188: instalação de mataburro nos Cavacudos; 3) Indicação nº 190: redutores de velocidade no local conhecido como Vila do Sossego; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 183: providência em rede pluvial do bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 186: redutores de velocidade no bairro Lindo Vale; 2) Indicação nº 195: redutor de velocidade na Av. Prof. José Marcelino; e) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 194: extensão de rede elétrica na Av. Palmeira Imperial; 2) Indicação nº 197: providências na ponte rural de Candongas.; f) Hedilberto Teixeira e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 191: participação no Programa Wi-Fi Brasil. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas e cinquenta e sete minutos, aberta a ordem do dia, seguiu tramitando o Projeto de Lei Complementar nº 30/2021, do Legislativo: Revoga a Lei Complementar nº 24/2021 que altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, e ripristina efeitos. Este projeto está com as Comissões de Legislação, Meio Ambiente, Saúde e Serviços. O Sr. Presidente disse que os agentes estão assinando um acordo com o Ministério Público e que após o projeto será votado. A seguir foram lidos o Parecer nº 05, da Comissão de Legislação, e o Parecer nº 03, da Comissão de Obras. O sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei Complementar nº 31/2021, do Executivo: Altera a Lei nº 940 de 04 de abril de 1995 (Código de Obras). Submetido à votação, o Projeto de Lei Complementar nº 31/2021 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Parecer nº 01, da Comissão de Finanças. O sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.891/2021, do Executivo: Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2022 e dá outras providências. Antes desta

sessão houve a audiência pública para apresentação da LDO 2022. A seguir foram lidos o Parecer nº 06, da Comissão de Legislação e o Parecer nº 02, da Comissão de Educação. O sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.892/2021, do Executivo: Dispõe sobre a criação do novo Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Rio Pomba, MG, Revoga a Lei Municipal nº 1.111/2001 de 01 de março de 2001 e dá outras providências. Votado, o Projeto de Lei nº 1.892 foi aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente consultou as Comissões de Legislação e de Obras sobre o Projeto de Lei nº 1.893/2021, do Executivo: Dispõe sobre a Faixa Edificável ao Longo das Faixas do Domínio do Município de Rio Pomba e dá outras providências. As comissões não concluíram a análise do projeto. O Vereador Rafael disse que gostaria de ouvir o engenheiro do DER sobre as demais áreas que não foram assumidas. O Vereador Hedilberto disse que a questão é a ponte sobre o rio Pomba. O Vereador Jorge também disse que a Prefeitura não tem condições de assumir a ponte que precisa de manutenção. O Dr. Luís Gustavo, representando o Executivo, falou sobre o projeto e confirmou que a ponte é um empecilho. O Vereador Ivan disse querer ouvir um representante do DER. O Vereador Demétrius disse que a parte onde reside a população mais carente ficou fora da desafetação. O Vereador Maurílio concordou que é melhor assumir uma parte pelo menos. O Vereador Ivan pediu vistas para que seja ouvido o diretor do DER. Então, o sr. Presidente determinou a tramitação da proposição e convocou sessão extraordinária para o dia vinte e oito de junho, às dezoito horas, para deliberar sobre o Projeto de Lei nº 1.893. A seguir foi lido o Parecer nº 07, da Comissão de Legislação. O sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Lei nº 1.894/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Declara de utilidade pública a Associação Agroecológica Ecoletivo. Votado, o Projeto de Lei nº 1.894 foi aprovado por unanimidade. O Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis, com autorização do sr. Presidente, retirou-se da sessão por estar sentindo-se mal fisicamente. No grande expediente, os vereadores puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e trinta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e seis minutos do dia vinte e oito de junho de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comentou o motivo desta convocação, a apreciação do Projeto de Lei nº 1.893/2021, do Executivo: Dispõe sobre a Faixa Edificável ao Longo das Faixas do Domínio do Município de Rio Pomba e dá outras providências. O sr. Presidente comentou que os pareceres das Comissões de Legislação e de Obras já foram apresentados na sessão anterior. Foi então lida a Emenda nº 01-Modificativa, da Comissão de Legislação. O sr. Presidente explicou o teor da emenda e colocou em discussão o projeto e a emenda. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 01-Modificativa, a qual foi aprovada por unanimidade. O Vereador Demétrius explicou que foi dado um maior entendimento à Câmara sobre as áreas abrangidas pela municipalização das rodovias; ressaltou que os moradores mais necessitados dessa desafetação são os das comunidades da Rosa Mística e Pedreira; lembrou do bairro Panorama que também precisa dessa atenção; entende que o projeto trará desenvolvimento e empreendimentos, mas é preciso ver o lado social também. O Vereador Hedilberto disse que conferiu pessoalmente o trecho e se colocou favorável. O Vereador Ivan comentou que pediu vistas não com objetivo de criar polêmica, mas para se certificar sobre o seu voto, o que ele teve a oportunidade de fazer através do pedido de vistas; ressaltou que os menos favorecidos não estão contemplados neste momento, mas com a reforma da ponte sobre o rio Pomba pelo DER as demais pessoas serão contempladas. O Vereador Frederico disse que não se pode atrapalhar o desenvolvimento, citou a necessidade do bairro Panorama e de abranger o restante da rodovia. O Vereador Rafael comentou sobre o que se trata o projeto para as pessoas que estão assistindo a sessão remotamente. A seguir, foi submetido à votação o Projeto de Lei nº 1.893, que também foi aprovado por unanimidade. O sr. Presidente disse que a necessidade de reforma da ponte é que impediu que fosse desafetado todo o trecho da rodovia; lembrou que esse assunto já se desenrola há cinco anos e que se percebe não se tratar de algo simples. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e vinte e um minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Sétima Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia dezesseis de julho de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis; presente também o Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, e a Secretária Municipal de Educação, Simone Machado Pirozzi; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que abriu a ordem do dia e determinou a leitura do Projeto de Lei nº 1.903/2021, do Executivo: Ratifica a celebração de convênio pelo município de Rio Pomba com o Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, visando a absorção dos anos iniciais da Rede Estadual e dá outras providências. O sr. Presidente consultou e o Plenário aprovou o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente leu a conclusão do parecer jurídico da Câmara e solicitou a manifestação verbal das Comissões de: a) Legislação; b) Educação; c) Finanças. As três comissões se manifestaram favoravelmente ao projeto, com comentários dos Vereadores Rafael Vilela, Gladstone Roncalli, Demétrius Carvalho, Hedilberto Teixeira e Ivan Martins. Também usou a palavra o Vice-Prefeito, Wellington F. Souza, que se pronunciou solicitando a aprovação do projeto de lei. O sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.903/2021, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e quarenta e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Primeira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e oito minutos do dia dois de agosto de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (21 e 28 de junho). Ambas as atas foram aprovadas por unanimidade. O processo de prestação de contas do Executivo do ano de 2019 está com a Comissão de Finanças. Seguiu tramitando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 16, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé e Rafael V. Martins: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispendo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. A pedido do próprio, o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis foi substituído pelo Vereador Hedilberto Teixeira na Comissão de Legislação. Passando às novas proposições, seguiu tramitando o Projeto de Lei Complementar nº 32/2021, do Executivo: Altera a da Lei nº 940 de 04 de abril de 2005 (Código de Obras). Houve manifestações de diversos vereadores sobre a necessidade de se estabelecer uma conversa com o Poder Executivo para dirimir dúvidas sobre as alterações que estão sendo propostas. Estando presentes no recinto, manifestaram-se o Dr. Gustavo Riani e o Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza. O projeto foi encaminhado para as Comissões de Legislação e de Obras. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.899/2021, do Executivo: Altera a redação do artigo 1º da Lei nº 1.536, de 11 de maio de 2016. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente consultou as Comissões de Legislação e de Saúde. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.899/2021 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.900/2021, do Executivo: Cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC) do Município de Rio Pomba, MG e dá outras providências. Estando presente no recinto o sr. Reynaldo Marques de Ascensão, responsável pela Defesa Civil no município, foi concedida a palavra ao mesmo para prestar informações sobre a proposta. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente consultou as Comissões de Legislação e de Assistência. Ambas as comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.900/2021 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.902/2021, do Executivo: Dispõe sobre regulamentação do Programa Máquinas Solidárias II que autoriza a cessão de máquinas e operadores da Prefeitura para prestar serviços em caráter transitório para entidades privadas e particulares comprovadamente carentes e dá outras providências. Foi lido o parecer jurídico da Câmara. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente consultou as Comissões de Legislação, de Serviços e de Finanças. As três comissões se manifestaram favoráveis ao projeto. Colocado em

votação, o Projeto de Lei nº 1.902/2021 foi aprovado por unanimidade. Seguindo os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.904/2021, dos Vereadores Hedilberto Teixeira e Jorge L. M. Soares: Dispõe sobre o mês de prevenção à crueldade contra os animais e incentivo à adoção consciente com o título de Cidade Amiga dos Animais. Os autores se pronunciaram sobre o projeto. O Vereador Maurílio disse que gostaria que a assessoria jurídica da Câmara analisasse o projeto porque pode haver geração de despesas ao Executivo. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para as Comissões de Legislação, de Defesa Animal e de Educação (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Paulo). O sr. Presidente solicitou também o parecer jurídico. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.905/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui o Programa Vale-Feira para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. O autor falou sobre o projeto. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para as Comissões de Legislação de Finanças. O sr. Presidente solicitou também o parecer jurídico. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.907/2021, do Executivo: Altera a redação do artigo 11 da Lei nº 1.548/2016 e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para as Comissões de Legislação e de Serviços. O Vereador Demétrius chamou a atenção para o fato da Praça Dr. Último de Carvalho ser um patrimônio tombado. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.908/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$335.842,26 (...) e dá outras providências. O Sr. Presidente solicitou a manifestação do Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças, a qual se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.908/2021 foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.909/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$300.000,00 (...) e dá outras providências. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças, a qual se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.909/2021 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.910/2021, do Executivo: Dispõe sobre o regime de Adiantamento, a que se refere os artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências. Este projeto seguiu tramitando e foi enviado para as Comissões de Legislação e de Finanças. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.906/2021, do Vereador Paulo Henrique da Silva: Denomina rua com o nome de Antônio Bomtempo Soares, conhecido como sr. Totó. O autor, Vereador Paulo, disse tratar-se de homenagem ao pai do Vereador Jorge, Presidente da Câmara, pelos méritos do saudoso “sr. Totó”. O Vereador Jorge agradeceu emocionado pela homenagem. O sr. Presidente consultou o Plenário sobre a concessão do regime de urgência especial, o que foi aprovado por unanimidade. Então, o sr. Presidente consultou a Comissão de Legislação, substituindo o Vereador Paulo pelo Vereador Hedilberto. A Comissão se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.906/2021 foi aprovado por

unanimidade. Seguindo a pauta, foi lido o Requerimento nº 25/2021, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira e Rafael V. Martins: Requer informações sobre o não cumprimento da Lei Municipal nº 1.618/2018. O Vereador Rafael falou sobre o objetivo do requerimento. Colocado em votação, este requerimento foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 26/2021, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre a aplicação de gastos da Lei Audir Blanc. O Vereador Hedilberto disse que muitos artistas da cidade ficaram fora e por isso está solicitando mais informações. Colocado em votação, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 27/2021, do Vereador Hedilberto Teixeira: Requer informações sobre obras de muro de arrimo e da capela mortuária. O autor falou sobre os valores altos das obras que requerem informações mais detalhadas para averiguação. Colocado em votação, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 211: reparos e revitalização da Praça Dr. Último de Carvalho com recursos do Fumpac; 2) Indicação nº 212: providências nos semáforos; 3) Indicação nº 213: providências para o crescimento econômico municipal atreladas ao Distrito Industrial II; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 198: redimensionamento das redes de esgotos e pluviais do distrito industrial; 2) Indicação nº 205: calçamento e rede elétrica no final do bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 207: ampliação do cemitério municipal; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 187: retirada de redutor de velocidade em frente ao Museu; 2) Indicação nº 189: redutor de velocidade no início da estrada de Gonçalves; 3) Indicação nº 208: autorização de uso do campo do Pombense Esporte Clube; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 200: criação de vale-feira; 2) Indicação nº 203: calçamento em subida da Rua José Augusto Soares; 3) Indicação nº 204: distribuição de leite de soja ou pasteurizado à população cadastrada na Amélia; e) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 210: academia ao ar livre no alto do bairro *Mutirão*; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 202: radar na rodovia MG-133; 2) Indicação nº 206: manutenção de corrimão na comunidade do *Fomento*. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas e quarenta e cinco minutos, aberta a ordem do dia, o sr. determinou a tramitação dos seguintes projetos, considerando que está aguardando a devolução do Termo de Acordo assinado pela sra. Promotora de Justiça. Os projetos estão com as comissões: a) Projeto de Lei Complementar nº 30/2021, do Legislativo: Revoga a Lei Complementar nº 24/2021 que altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, e repristina efeitos; b) Projeto de Lei nº 1.898/2021, do Executivo: “Cria o projeto Conservador do rio Pomba e dá outras providências.” No grande expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Décima Segunda Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia dezesseis de agosto de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que consultou a data da próxima sessão ordinária tendo em vista o feriado de 07 de Setembro. Por decisão Plenária, a sessão ficou mantida para o dia seis de setembro, segunda-feira. Nas correspondências recebidas foi lido o Ofício nº 026/2021 da Apae. Seguiu tramitando a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 16, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé e Rafael V. Martins: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispondo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. Foi lido o Projeto de Lei Complementar nº 32/2021, do Executivo: Altera a Lei nº 940 de 04 de abril de 2005 (Código de Obras). O sr. Presidente deu sequência à pauta enquanto a secretaria da Câmara prepara uma emenda a este projeto. Foi lida a conclusão do Parecer jurídico da Câmara ao Projeto de Lei nº 1.904. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.904/2021, dos Vereadores Hedilberto Teixeira e Jorge L. M. Soares: Dispõe sobre o mês de prevenção à crueldade contra os animais e incentivo à adoção consciente com o título de Cidade Amiga dos Animais; b) Projeto de Lei nº 1.907/2021, do Executivo: Altera a redação do artigo 11 da Lei nº 1.548/2016 e dá outras providências; c) Projeto de Lei nº 1.910/2021, do Executivo: Dispõe sobre o regime de Adiantamento, a que se refere os artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências. Foi retirado de tramitação por solicitação do autor o Projeto de Lei nº 1.905/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Institui o Programa Vale-Feira para os servidores da Câmara Municipal de Rio Pomba e dá outras providências. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.911/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$9.040,64 (...) e dá outras providências. Estando presente no recinto, foi concedida a palavra ao Dr. Luís Gustavo D'Ávila Riani, assessor jurídico do Executivo, que falou sobre os objetivos deste projeto de lei, assim como posteriormente sobre os demais da mesma natureza. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças sobre o projeto. A comissão foi favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.911/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.912/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$36.154,43 (...) e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças sobre o projeto. A comissão foi favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.912/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.913/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$108.000,00 (...) e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de

urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças sobre o projeto. A comissão foi favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.913/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.914/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$135.864,00 (...) e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças sobre o projeto. A comissão foi favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.914/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.915/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$64.546,19 (...) e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente consultou a Comissão de Finanças sobre o projeto. A comissão foi favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.915/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.916/2021, do Executivo: Dispõe sobre a criação do programa Rio Pomba Legal que consiste na regularização de edificações, construções e obras irregulares no município, e dá outras providências. O Dr. Luís Gustavo se pronunciou sobre a necessidade deste projeto deparada pela atual administração. A Dra. Vânia Maria Barros Saraiva, Assessora Jurídica da Câmara, também se manifestou. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para esta proposição. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Obras e Finanças. As três comissões foram favoráveis. Alguns Vereadores usaram a palavra para falar sobre a necessidade desse projeto para que muitas obras possam ser retomadas na cidade. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.916/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir foram lidos: a) Parecer nº 2/2021, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2019 – aprovação das contas; b) Projeto de Decreto Legislativo nº 201, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2019. Esta proposição seguiu tramitando para ser votada na próxima sessão, conforme informou o sr. Presidente. Após, foi lido o Requerimento nº 28, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: requer informações sobre o saldo e gastos detalhados do Fundo Municipal de Apoio e Cultura. O autor falou sobre sua proposição. Votado, o Requerimento nº 28 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 215: verticalização do cemitério (construção de gavetas); 2) Indicação nº 216: contratação de zelador(a) ambiental; 3) Indicação nº 220: adicional de insalubridade para varredores de rua; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 196: redimensionamento da rede de esgoto à Rua Dr. Fausto; 2) Indicação nº 214: academia ao ar livre na Rua Divino de Oliveira; 3) Indicação nº 222: recuperação de calçamento em rua do Bairro Santa Isabel; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 217: redutores de velocidade na Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 2) Indicação nº 218: área para embarque e desembarque de alunos em escolas municipais; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 209: providências nos redutores de velocidade da Rua Cel. Francisco Vieira; 2) Indicação nº 219: extensão da Rua Pantaleão Mota Couto, bairro Jardim América; 3) Indicação nº

224: reservatório de água no bairro Rosa Mística; e) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 221: pintura dos redutores de velocidade e faixas de pedestres. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às vinte horas, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Resolução nº 356/2021, da Mesa Diretora: Estima a receita e fixa a despesa da Câmara Municipal de Rio Pomba para o exercício de 2022 (R\$2.075.000,00). O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças. Esta se manifestou favorável ao projeto. Colocado em votação, o Projeto de Resolução nº 356 foi aprovado por unanimidade. A seguir, o sr. determinou a tramitação dos seguintes projetos: a) Projeto de Lei Complementar nº 30/2021, do Legislativo: Revoga a Lei Complementar nº 24/2021 que altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, e repristina efeitos; b) Projeto de Lei nº 1.898/2021, do Executivo: “Cria o projeto Conservador do rio Pomba e dá outras providências.” Foi lida a Emenda nº 01-Modificativa, ao Projeto de Lei Complementar nº 32/2021, e também a mensagem do Executivo que acompanha o citado projeto de lei. O Dr. Luís Gustavo D’Ávila Riani se pronunciou sobre os objetivos da proposição. Mediante consulta do sr. Presidente, o Plenário concedeu o regime de urgência especial. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Obras. Ambas as comissões foram pela legalidade do projeto. Houve a discussão sobre o projeto entre os Vereadores e os assessores do Executivo. Então, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 01-Modificativa, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 32/2021, o qual também foi aprovado por unanimidade. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Também pode se pronunciar o Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, sobre a situação das obras particulares que agora está sendo solucionada com a aprovação dos projetos pela Câmara; conclamou também que os vereadores colaborem na atualização dos códigos de obras e posturas; falou sobre ações da área de Saúde e abordou assuntos de outras áreas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinquenta e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Terceira Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia oito de setembro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão as atas das sessões anteriores (16 de julho; 02 e 16 de agosto). As três atas foram aprovadas por unanimidade. Nas correspondências recebidas foi lido o Ofício nº 033/2021, do Executivo, respondendo sobre o contrato com a Copasa. Passando às proposições, foi lido o Projeto de Lei nº 1.917/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Altera a Lei nº 1.566/2017, que institui a criação do auxílio-esporte, no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências. O autor falou sobre o objetivo principal do seu projeto que é resgatar os campeonatos municipais de futebol tão degradados atualmente e também combater a ociosidade de crianças e jovens. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise das Comissões de Legislação e de Finanças (o Vereador Ivan foi substituído pelo Vereador Hedilberto). Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para análise da Comissão de Legislação. A seguir foi lido o Requerimento nº 29, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre os beneficiados com cestas básicas. O autor falou sobre seu requerimento. Votado, o Requerimento nº 29 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Requerimento nº 30, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre serviços de plotagem de veículos e adesivação de outdoors. O autor falou sobre seu requerimento. Votado, o Requerimento nº 30 foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 236: passagens elevadas para pedestres no Baixio; 2) Indicação nº 240: revisão do valor da remuneração do programa Pró-Criança; 3) Indicação nº 241: manutenção das caixas pluviais da Av. Manoel Fernandes; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 230: reforma de abrigo para passageiros na Av. do Contorno; 2) Indicação nº 231: providência em fossa no loteamento Panorama; 3) Indicação nº 235: contratação de Enfermeiro(a) Chefe para o Centro de Especialidades; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 228: providência em rede de esgotos no bairro Jardim América; 2) Indicação nº 233: grade de proteção na Rua Henrique Dias Saraiva; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 227: troca de mataburro - Granatos para Contendas; 2) Indicação nº 232: criação de dotação para premiação em espécie aos vencedores de campeonatos municipais; 3) Indicação nº 239: providências na Rua Ionício Teodoro de Oliveira; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 234: restabelecimento de curso d'água no Bomjardim – Ponte da Perpétua; 2) Indicação nº 237: criação da guarda municipal; 3) Indicação nº 238: utilização de imóvel do Estado localizado no Centro; f) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 225: redutor de velocidade no Baixio. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as

indicações e projetos. Às dezoito horas e cinquenta e quatro minutos, aberta a ordem do dia, foi lida a conclusão do Parecer nº 2/2021, da Comissão de Finanças: Prestação de contas da Prefeitura referente ao exercício de 2019 – aprovação das contas. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 201, da Comissão de Finanças: Aprova as contas da Prefeitura de Rio Pomba do exercício de 2019. O sr. Presidente colocou em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 201. Não havendo oradores, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 201, o qual foi aprovado por unanimidade, votando favoráveis os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins. O voto do Presidente da Câmara, Jorge Luís Martins Soares, é facultativo conforme art. 43 do Regimento Interno. Desta forma, a prestação de contas do exercício de 2019 (dois mil e dezenove), da gestão de Marcos Pascoalino, foi aprovada pela Câmara Municipal. Seguindo os trabalhos, o sr. Presidente solicitou os pareceres verbais relativos à Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 16, dos Vereadores Demétrius C. Oliveira, Frederico S. Condé e Rafael V. Martins: Insere dispositivos na Lei Orgânica Municipal dispondo sobre o percentual de execução obrigatória do orçamento municipal com a denominação de emendas impositivas. A Comissão de Legislação, composta pelos Vereadores Gladstone, Paulo e Hedilberto, manifestou-se pela legalidade. A Comissão de Finanças, composta pelos Vereadores Ivan, Paulo e Gladstone, também se manifestou pela legalidade. O sr. Presidente colocou em primeira discussão a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 16. O Vereador Rafael Vilela disse que tomou conhecimento do orçamento impositivo municipal em cursos que participou; discorreu sobre o que se trata e que os legisladores com coragem para mudar a legislação do município poderão indicar medidas interessantes à população. O Vereador Demétrius disse que é a melhor forma dos vereadores apoiarem as entidades rio-pombenses, citando como exemplo a Apae. Encerrada a discussão, o sr. Presidente colocou em votação a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 16, quando então votaram a favor: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé e Rafael Vilela Martins; e votaram contra: Maurílio Rodrigues dos Reis, Hedilberto Teixeira, Gladstone Roncalli da Silva, Ivan Ferreira Martins e Paulo Henrique da Silva. Desta forma, a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 16 foi rejeitada por não obter o quórum previsto no art. 38, § 1º, da Lei Orgânica. Justificativas de votos: o Vereador Maurílio disse que sempre entendeu que se os vereadores mexem no orçamento atrapalham a administração municipal; disse que o Executivo tem atendido muito bem as comunidades; o Vereador Demétrius disse que o percentual de 1,2% não atrapalha o orçamento, lembrou que será o Executivo quem vai executar, cabendo aos vereadores direcionarem os recursos; O Vereador Hedilberto disse que o ano de 2022 será de ampla distribuição de recursos às instituições pelo Executivo; o Vereador Gladstone disse entender que por mais intenções boas dos vereadores, os recursos do Executivo repassados às instituições são válidos e a subvenção ao hospital será elevada em 2022; o Vereador Ivan achou interessante o projeto, porém foi feita uma adesão e um acordo verbal para beneficiar o hospital em 2022, assim como a Apae receberá auxílio, sendo

instituições sérias e o momento inoportuno para retirar recursos dessas entidades; o Vereador Rafael disse que em momento algum se falou em retirar recursos das entidades e citou diversos municípios, inclusive vizinhos que têm o orçamento impositivo, disse que rejeitar é desmerecer o trabalho dos próprios vereadores. O sr. Presidente disse que é preciso ver o momento em que se passa e a administração municipal tem demonstrado que vai cumprir todas as subvenções, atualmente trabalhando com um orçamento feito pela administração anterior; disse que não se faz mágica, mas a metade do 1,2% seria destinado à, e que na verdade esses recursos teriam que sair de algum lugar do orçamento, deixando alguém em descrédito. O sr. Presidente disse que o projeto a seguir é fruto de acordo firmado entre o Ministério Público, o Legislativo e o Executivo. Foi lido o Parecer nº 07, da Comissão de Obras e Serviços, ao Projeto de Lei Complementar nº 30. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Meio Ambiente e Defesa Animal, Saúde. Todas as comissões se manifestaram pela legalidade da proposta. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei Complementar nº 30/2021, do Legislativo: Revoga a Lei Complementar nº 24/2021 que altera e insere dispositivos ao art. 87 da Lei Municipal nº 934/94 – Código de Posturas Municipal, e repristina efeitos. Este projeto foi aprovado por 05 (cinco) votos dos Vereadores: Maurílio Rodrigues dos Reis, Hedilberto Teixeira, Gladstone Roncalli da Silva, Paulo Henrique da Silva e Frederico Senra Condé; votando contra os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Ivan Ferreira Martins e Rafael Vilela Martins. Justificativa de votos: o Vereador Maurílio disse que votou favorável nos termos do acordo que prevê um prazo para que o código de posturas seja revisto e deverá ser bem feito; o Vereador Demétrius disse ser contra porque nem sabe ao certo quem é o chefe de departamento e o secretário de obras, que não aparece mais e também não vêm à Câmara explicar as propostas de mudança nos códigos de obras e de posturas; o Vereador Ivan disse que não assinou o acordo e que no início do mandato foi identificado um erro que foi retirado, de forma que agora ele é contrário à revogação; o Vereador Frederico disse que a partir de amanhã não começará a cobrança de cumprimento da lei conforme aconteceu anteriormente, pois haverá um prazo para estudo da situação dos casos; o Vereador Rafael disse que não se sentiu a vontade para assinar o acordo porque gera incertezas para o futuro, como a situação de carroceiros e tantos outros. Seguindo a pauta, foi lido o Parecer nº 05, da Comissão de Obras e Serviços, ao Projeto de Lei nº 1.898, do Executivo: “Cria o projeto Conservador do rio Pomba e dá outras providências.” O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Meio Ambiente, Saúde. Todas as comissões se manifestaram favoráveis à proposta. Votado, o Projeto de Lei nº 1.898 foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das Comissões de Legislação, Defesa Animal, Educação (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Paulo) a respeito do Projeto de Lei nº 1.904/2021, dos Vereadores Hedilberto Teixeira e Jorge L. M. Soares: Dispõe sobre o mês de prevenção à crueldade contra os animais e incentivo à adoção consciente com o título de Cidade Amiga dos Animais. Todas as comissões se manifestaram favoráveis à proposta. Votado, o Projeto de Lei nº 1.904 foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido

o Parecer nº 06, da Comissão de Obras e Serviços, ao Projeto de Lei nº 1.907. o sr. Presidente solicitou a manifestação verbal da Comissão de Legislação a respeito do Projeto de Lei nº 1.907/2021, do Executivo: Altera a redação do artigo 11 da Lei nº 1.548/2016 e dá outras providências. O parecer da comissão foi pela legalidade. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.907/2021, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. O sr. Presidente consultou as comissões a respeito do Projeto de Lei nº 1.910/2021, do Executivo: Dispõe sobre o regime de Adiantamento, a que se refere os artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências. O Vereador Rafael Vilela, Presidente da Comissão de Legislação e Relator da Comissão de Finanças, disse que gostaria de avaliar melhor o projeto. O Vereador Ivan disse que está disponível para se reunir. Assim, o projeto seguiu tramitando. O Vereador Rafael disse que o projeto trata de recursos públicos e seria uma irresponsabilidade não entendê-lo plenamente. No grande expediente, os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e cinquenta minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Quarta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e nove minutos do dia vinte de setembro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que solicitou a leitura do Ofício nº 449/2021, do Executivo, respondendo sobre a doação de cestas básicas. Passando às proposições, permaneceram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.917/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Altera a Lei nº 1.566/2017, que institui a criação do auxílio-esporte, no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências. Ambos os projetos estão sob análise das comissões da Câmara. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 245: preservação do acervo do jornal O Imparcial através da digitalização; 2) Indicação nº 246: aquisição de bauer com kit multitarefa; 3) Indicação nº 247: organização e disponibilização de banheiro químico na feira livre; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 243: providências no terminal rodoviário; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 62: bebedouros públicos no Distrito Industrial; 2) Indicação nº 156-2ª edição: fechamento do vão central dos mataburros e implantação da ação “mataburro seguro”; 3) Indicação nº 201: regularização dos passeios; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 244: regularização de trânsito na saída do Belvedere para a Av. do Contorno. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezoito horas e vinte e sete minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 202, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Outorga título de cidadão honorário e dá outras providências (Wellington Ferreira de Souza). A proposta foi colocada em discussão e depois submetida à votação, obtendo-se a sua aprovação unânime pelo Plenário. O autor falou sobre a sua proposta. O Vereador Demétrius disse que pretende homenagear um casal com 51 anos de união. Na sequência, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 203, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: Outorga título de cidadão honorário e dá outras providências (Dickson Soares Barcellos). O autor falou sobre a sua proposta. A proposta foi colocada em discussão e depois submetida à votação, obtendo-se a sua aprovação unânime pelo Plenário. Passando ao Projeto de Lei nº 1.910, o Vereador Rafael Vilela, da Comissão de Legislação, disse que a mesma já discutiu sobre o projeto, apresentou emenda e não vê óbice para a votação hoje. Então, foi lida a Emenda nº 1 - Aditiva, da Comissão de Legislação, ao Projeto de Lei nº 1.910. O sr. Presidente solicitou a manifestação verbal das comissões de Legislação e de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.910. Ambas as comissões se concluíram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda nº 1 – Aditiva, a qual foi aprovada por unanimidade. A seguir, colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.910/2021, do Executivo: Dispõe sobre o regime de Adiantamento, a que se refere os artigos 68 e 69 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de

março de 1964, e dá outras providências. Este projeto também foi aprovado por unanimidade. Presente no recinto o Vice-Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, o sr. Presidente lhe concedeu a palavra para falar sobre a proposta do Plano Plurianual – PPA. O sr. Wellington Ferreira de Souza agradeceu pela homenagem aprovada e teceu comentários sobre o PPA. O sr. Wellington pediu a permissão para falar sobre alguns assuntos que foram tratados na última sessão da Câmara e o Plenário consentiu. Então, o Vice-Prefeito falou sobre o projeto da emenda impositiva que foi rejeitado pela Câmara na sessão anterior; teceu diversos comentários explicativos e ao final agradeceu aos vereadores que rejeitaram a proposta de emenda à lei orgânica que institui a orçamento impositivo. O Vereador Demétrius disse que a lei do orçamento impositivo é de 2015 e nesse interim estamos passando por 2 anos de pandemia; rebateu os percentuais citados pelo Vice-Prefeito para os gastos com saúde e educação; disse que as emendas impositivas poderiam desenvolver outras áreas que não apenas as de custeio como são as subvenções sociais. O Vereador Rafael disse que em 2019 os primeiros municípios de Minas Gerais começaram a implantar a emenda impositiva, que ainda suscitava muitas dúvidas aos vereadores; em nossa região o assunto começou a chegar em cidades próximas e o orçamento impositivo existe há dois anos e se tratar de dar um pouco de independência ao Legislativo, sendo muito difícil ser vereador, algo que o Vice-Prefeito passou pela experiência; frisou não se tratar de algo pessoal a proposta do orçamento impositivo e sim a valorização dos vereadores; achou que agora deve ser assunto encerrado. O Vice-Prefeito disse que atualmente os vereadores não passam pelas dificuldades do mandato passado, pois têm seus telefonemas atendidos pela administração do Executivo; citou vários segmentos que serão contemplados em 2022. O Vereador Demétrius disse que o próprio Vice-Prefeito, quando Vereador, teria feito projetos importantes caso houvesse o orçamento impositivo na sua época; citou que os vereadores estão mais perto da população e considerou esse um assunto encerrado. O Vereador Hedilberto disse que os vereadores que votaram contra a proposta sofreram difamações nas redes sociais por pessoas da administração anterior, mas muita coisa que houve de errado será analisada e mostrada. O Vereador Ivan achou que o assunto estava superado mas foi novamente trazido, explicou que a importância de não ter sido aprovado se deve ao fato de haver déficit financeiro no hospital, na Apae e no asilo, pois a emenda seria valorosa para os vereadores que acabariam olhando “para si mesmo”. O Vereador Hedilberto disse entender que a emenda impositiva visa beneficiar aos próprios vereadores. O Vereador Ivan disse que pode estar em jogo o fechamento do Hospital São Vicente de Paulo. O Vice-Prefeito, Wellington, disse que gostaria de falar também sobre um requerimento pedindo informações sobre a plotagem de veículos, quando se estimou um gasto de trinta mil reais; disse que pediu uma análise desse tipo de gasto com a administração anterior com a atual, a qual está sendo providenciada; disse que o gasto foi em torno de onze mil reais a adesivação de 64 veículos e os outdoors das entradas da cidade, lembrando que no mandato passado se pagava mais de duzentos reais a poda de cada árvore; informou o valor da *live* dos 189 anos de emancipação do município, que ficou em torno de doze mil reais; falou sobre ações que acontecerão em breve. Para encerrar e sem querer causar polêmica, o Vice-Prefeito,

Wellington, disse que o uso do *roundup* foi abordado aqui nesta Casa por um Vereador cuja assinatura consta no processo licitatório da administração passada, porque o produto sempre foi ilegal mas o mesmo sempre foi adquirido inclusive com a assinatura de um vereador até então integrante da administração passada; disse ter se surpreendido que o assunto tenha sido tratado aqui de maneira tão veemente sendo que é uma prática recorrente das administrações anteriores. O Vereador Demétrius disse que não era vereador durante a administração passada, mas sim Chefe de Gabinete, que não detinha “o uso da caneta” como estão insinuando, e que assinou a publicação dos atos, mas que neste mandato foi questionado por moradores sobre o uso de *roundup* em via urbana, um produto que é venenoso. O Vereador Demétrius disse que o então Vereador Wellington é quem tinha obrigação de fiscalizar e denunciar o uso do *roundup* na gestão passada; citou nome de pessoas que lhe alertaram sobre os problemas do uso do produto e poderiam vir aqui na Câmara falar; ressaltou que a atual administração continuou usando o *roundup*; citou que muitas das suas indicações são cópias as indicações do então Vereador Wellington; ressaltou que sua função na administração anterior era dar publicidade aos atos, sem poder de decisão. A pedido do sr. Presidente, falou sobre a implantação do sistema de segurança “olho vivo” na cidade. O Vereador Jorginho fez comentários sobre a emenda impositiva municipal dizendo que os recursos seriam tirados de algum setor do orçamento e não se tratar de mais recursos que chegariam. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezenove horas e vinte e seis minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Quinta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e dez minutos do dia quatro de outubro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que convidou o Presidente da Câmara de Juiz de Fora, Vereador Juraci Scheffer, a se pronunciar na tribuna. O Vereador visitante veio para falar sobre a importância de se promover a integração das Câmaras Municipais, especialmente da Zona da Mata, inclusive através das Escolas do Legislativo e dos Centros de Atendimento ao Cidadão, visando ultrapassar as dificuldades de cada município e resgatar a força da Zona da Mata. Após o pronunciamento, o sr. Presidente colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (08 de setembro). A ata foi aprovada por unanimidade. Seguiram tramitando enquanto aguardam a análise das comissões permanentes: a) Projeto de Lei nº 1.917/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Altera a Lei nº 1.566/2017, que institui a criação do auxílio-esporte, no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências. O Vereador Rafael disse que seria importante debater esse último projeto com o Executivo para saber sobre os espaços onde poderia funcionar a prática do *wheeling* para que não fique simplesmente um projeto morto e acabe incentivando práticas erradas de trânsito. O Vereador Maurílio se colocou contra o projeto porque se trata projeto perigoso que já ocasionou até mortes. O Vereador Jorge disse que muitas pessoas lhe pediram esse projeto. O Vereador Ivan disse que deveria ser ouvido o Delegado, Dr. Arthur. O Vereador Jorge disse que não quer impor nada, mas sim atender ao bem comum, de modo que todos podem ser ouvidos. Tendo em vista que continuariam tramitando para análise regimental, o Plenário unanimemente dispensou a leitura das seguintes proposições: a) Projeto de Lei nº 1.919/2021, do Executivo: Estabelece proposta orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do município de Rio Pomba para o exercício de 2022; b) Projeto de Lei nº 1.920/2021, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o quadriênio de 2022-2025; c) Projeto de Lei nº 1.921/2021, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades, para o exercício de 2022 e dá outras providências. O sr. Presidente encaminhou os três projetos para análise da Comissão de Finanças. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.922/2021, do Executivo: Autoriza o chefe do Executivo Municipal a firmar termo de repasse financeiro e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para o projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças e esta foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.922, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.923/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$245.971,56 (...) e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de

urgência especial para o projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças e esta foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.923, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.924/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$850.000,00 (...) e dá outras providências. O Plenário concedeu o regime de urgência especial para o projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças e esta foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.924, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.925/2021, do Executivo: Dispõe sobre alteração e inclusão de anexos à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para a Comissão de Finanças. Seguindo a pauta, foi lida a Moção nº 02, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Moção de aplausos à senhora Maria das Dores dos Santos. O autor se pronunciou. Votada, a Moção nº 02 foi aprovada por unanimidade. A seguir, foi lida a Moção nº 03, do Vereador Rafael Vilela Martins: Moção de aplausos à professora Elisângela da Silva Costa. O autor se pronunciou. Votada, a Moção nº 03 foi aprovada por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 253: ações preventivas contra intempéries; 2) Indicação nº 254: adicional de insalubridade para serventes escolares; 3) Indicação nº 255: instalação de bebedouros em locais públicos; b) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 251: retorno dos torneios de futebol; 2) Indicação nº 252: sede para o Programa Saúde da Família no Lindo Vale; 3) Indicação nº 256: cumprimento da reserva de vagas para veículos escolares; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 199: redutores de velocidade no bairro São Manoel; 2) Indicação nº 223: providências no bairro Santa Isabel; 3) Indicação nº 242: retorno do pagamento do adicional por participação em comissões; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 248: reservatório de água no bairro Santa Isabel; 2) Indicação nº 249: criação de programa semelhante ao PROERD; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 250: desobstrução das canaletas e bocas de lobo da Av. do Contorno. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre as indicações e projetos. Às dezenove horas e trinta e cinco minutos, aberta a ordem do dia, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 204, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Outorga homenagem de honra ao mérito social e dá outras providências (José João dos Santos). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 205, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Outorga título de cidadão honorário e dá outras providências (Fábio Plácido). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 206, do Vereador Rafael Vilela Martins: Outorga título de cidadania honorária e dá outras providências (Maria da Assunção Boscato Nunes). Votado, este projeto foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 207, da Mesa Diretora: Concede licença para afastamento do cargo de Prefeito ao sr. Reginaldo Furtado de Carvalho (01 a 14 de outubro, para tratamento de saúde). O sr. Presidente colocou a proposição em discussão e votação, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. No grande expediente, os vereadores

inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público, destacando-se votos de melhoras em seu estado de saúde ao Prefeito Reginaldo Furtado de Carvalho. Presente no recinto, o Vice-Prefeito, agora na função de Prefeito em exercício, usou a palavra para falar sobre a responsabilidade de assumir o Executivo nesse período de necessidade de afastamento ao Prefeito Reginaldo, a quem se referiu como “pai”, e disse que muitos são os projetos preparados para dar seguimento; prestou também informações diversas, como vacinação Covid, Programa Olho Vivo etc; ressaltou que o Prefeito Reginaldo, demonstrando coragem e caráter, decidiu se afastar diante da sua inaptidão momentânea para tratar de tantos assuntos administrativos requeridos, e lamentou que algumas pessoas nesse momento façam insinuações pejorativas que não condizem com a realidade. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e dez minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Oitava Sessão Extraordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas minutos do dia quatorze de outubro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Maurílio Rodrigues dos Reis; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que abriu a ordem do dia e consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial para o Projeto de Decreto Legislativo nº 208/2021, da Mesa Diretora: Concede licença para afastamento do cargo de Prefeito ao sr. Reginaldo Furtado de Carvalho. O regime de urgência foi concedido pela unanimidade dos presentes. A seguir, o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação a respeito da proposição em pauta. A comissão se manifestou pela legalidade. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 208/2021, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Sexta Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezoito horas e quinze minutos do dia dezoito de outubro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação a ata da sessão anterior (20 de setembro). A ata foi aprovada por unanimidade. Registre-se a presença do sr. Prefeito em exercício, Wellington Ferreira de Souza. Em decorrência do feriado do dia 02 de novembro, o Plenário adiou a próxima sessão ordinária para o dia três de novembro. Nas correspondências recebidas foi lido o Ofício 094, do Executivo, confirmando a audiência da LDO/PPA na próxima sessão; e também o convite do Executivo aos vereadores sobre o Programa Olho Vivo – Cidade Segura. Seguiram tramitando para análise das comissões permanentes: a) Projeto de Lei nº 1.917/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Altera a Lei nº 1.566/2017, que institui a criação do auxílio-esporte, no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências. Permaneceram tramitando e tiveram o prazo para emendas aberto os seguintes projetos: a) Projeto de Lei nº 1.919/2021, do Executivo: Estabelece proposta orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do município de Rio Pomba para o exercício de 2022; b) Projeto de Lei nº 1.920/2021, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o Quadriênio de 2022-2025; c) Projeto de Lei nº 1.921/2021, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades, para o exercício de 2022 e dá outras providências; d) Projeto de Lei nº 1.925/2021, do Executivo: Dispõe sobre alteração e inclusão de anexos à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022. Estando presente no recinto o sr. Prefeito em exercício, Wellington Ferreira de Souza, e havendo a anuência do Plenário, o mesmo pode se pronunciar sobre os projetos que foram apresentados a seguir com a finalidade de apresentar as suas finalidades, oportunidade em que pode também responder às perguntas dos vereadores atinentes aos projetos. Assim, foi lido o Projeto de Lei nº 1.926/2021, do Executivo: Dispõe a correção da funcional programática apresentada na Lei 1.772/2021. O Plenário unanimemente concedeu o regime de urgência especial. A Comissão de Finanças se manifestou favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.926, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.927/2021, do Executivo: Altera a Lei Municipal nº 1.700/2020, que dispõe sobre a concessão de subvenções sociais às Entidades que menciona e dá outras providências. O Plenário unanimemente concedeu o regime de urgência especial. A Comissão de Finanças se manifestou favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.927, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Lei nº 1.928/2021, do Executivo: Altera limite de abertura de créditos suplementares. O sr. Presidente consultou o Plenário quanto ao regime de urgência

especial. Houve um questionamento dos Vereadores Rafael e Demétrius sobre a necessidade de votar este projeto hoje, pois desejavam analisá-lo melhor. O sr. Prefeito, Wellington Ferreira de Souza, solicitado a se manifestar, disse que não haveria prejuízos para a administração caso o projeto ficasse tramitando até a próxima sessão ordinária. Assim, o Projeto de Lei nº 1.928 seguiu tramitando para análise da Comissão de Finanças e dos vereadores. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.929/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$220.000,00 (...) e dá outras providências. O Plenário unânime concedeu o regime de urgência especial. A Comissão de Finanças se manifestou favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.929, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Na sequência, foi lido o Projeto de Lei nº 1.930/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$650.000,00 (...) e dá outras providências. O Plenário unânime concedeu o regime de urgência especial. A Comissão de Finanças se manifestou favorável. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.930, obtendo-se a sua aprovação por unanimidade. Presente no salão o Secretário de Saúde, sr. Jair de Paula Coelho, o mesmo pode se pronunciar prestando informações aos vereadores sobre assuntos gerais ligados à sua pasta. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 265: contratação de calceteiro para manutenção de calçamentos; 2) Indicação nº 266: revitalização da sinalização de trânsito regulamentadora da cidade; 3) Indicação nº 267: colocação de luminária em poste da Rua Padre Manoel; b) Gladstone Roncalli da Silva: 1) Indicação nº 260: providências na Rua Antônio Carlos da Silva – Bairro Boa Vista; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 261: ampliação de bueiros no bairro Nossa Senhora das Graças no trecho citado; 2) Indicação nº 262: passeio e corrimão na Rua Henrique Dias Saraiva; 3) Indicação nº 263: abertura de rua de acesso ao Rosário Central; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 257: providências na Rua Antônio Bomtempo Soares (sr. Totó); 2) Indicação nº 259: calçamento em subidas íngremes do Bomjardim; e) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação nº 258: criação de programa social para acesso à carteira nacional de habilitação; 2) Indicação nº 264: providência em rede de esgotos à Av. Manoel Fernandes. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às vinte horas e trinta e dois minutos foi aberta a ordem do dia e os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Destacou-se a abordagem dos vereadores sobre o empreendimento imobiliário que está sendo executado no bairro Boa Vista e que está trazendo problemas aos moradores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte e uma horas e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou. (ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e oito minutos do dia três de novembro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou a data da próxima sessão ordinária e informou que a audiência pública da proposta orçamentária para 2022 foi adiada para a próxima sessão. O Vereador Ivan Ferreira Martins apresentou o Requerimento nº 31, requerendo informações sobre o Distrito Industrial II. O autor disse que participará de reunião no Sebrae e necessitará das informações. O sr. Presidente o remeteu ao expediente desta sessão. O sr. Presidente solicitou a leitura do Ofício 097, do Executivo, solicitando ao Legislativo a indicação de dois representantes para o Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável. Após consenso, foram indicados os Vereadores Rafael Vilela Martins (titular) e Jorge Luís Martins Soares (suplente). Seguiram tramitando para maior análise: a) Projeto de Lei nº 1.917/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Altera a Lei nº 1.566/2017, que institui a criação do auxílio-esporte, no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências; b) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências. Continuando a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.931/2021, do Executivo: Dispõe a correção da funcional programática apresentada na Lei nº 1.780/2021. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial. Aprovada a urgência, solicitou a manifestação da Comissão de Finanças. Esta, por unanimidade, emitiu parecer verbal favorável. Votado, o Projeto de Lei nº 1.931 foi aprovado por unanimidade. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.932/2021, do Executivo: Altera a redação do artigo 12 da Lei nº 1.625, de 25 de abril de 2019. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e o encaminhou para as Comissões de Legislação e de Educação. Seguindo, foi lida a Moção nº 04, do Vereador Hedilberto Teixeira: Moção de aplausos a João Vithor Santos Silviano. Os Vereadores Hedilberto e Gladstone se pronunciaram a favor. Colocada em votação, a Moção nº 04 foi aprovada por unanimidade. Os Vereadores Ivan, Rafael e Jorge parabenizaram o autor pela homenagem. A seguir, o sr. Presidente solicitou a leitura do Requerimento nº 31, do Vereador Ivan Ferreira Martins. O autor falou sobre o objetivo do seu requerimento que é buscar formas de fomentar o emprego em Rio Pomba. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 270: operação tapa buracos em todos os bairros da cidade; 2) Indicação nº 271: providências na extensão da Travessa Raimundo Furtado; 3) Indicação nº 272: iluminação pública na Rua Casuarina, bairro Belvedere; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 268: providências na Av. Jornalista José de Assis Vieira. Manilhamento e recapeamento; 2) Indicação nº 269: prolongamento de rede de esgotos aos fundos da Rua Dorvina Dornelas de Jesus; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 119: criação de atrativo “I Love Rio Pomba”; 2) Indicação nº 226: urbanização do acesso entre a

Rua José Paulo de Miranda e a Av. Flamboyant; d) Paulo Henrique da Silva: 1) Indicação nº 273: reservatório de água no *Mutirão*. No pequeno expediente os vereadores puderam falar sobre as indicações e projetos. Aberta a ordem do dia às dezoito horas e quarenta e oito minutos, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.928/2021, do Executivo: Altera limite de abertura de créditos suplementares. O Relator, Vereador Rafael Vilela, disse que é mais correto e interessante que o município enviasse essa abertura de crédito parceladamente, mas, para cumprir com o que foi entendido na sessão anterior, o seu parecer é favorável. Os demais membros da Comissão de Finanças acompanharam o relator. Colocado em votação, o Projeto de Lei nº 1.928/2021 foi aprovado por unanimidade. Seguindo, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 209, do Vereador Hedilberto Teixeira: Confere homenagem de honra ao mérito municipal e dá outras providências (Antônio Carlos Vaz). O autor se pronunciou. Votado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 209 foi aprovado por unanimidade. Os Vereadores Ivan e Jorge parabenizaram o autor pelo nome apresentado. A seguir, foi lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 210, todos os Vereadores: Confere homenagem de honra ao mérito empresarial e dá outras providências (Agro & Country Pantanal). O Vereador Jorge Luís comentou sobre a proposta. Os Vereadores Maurílio, Demétrius e Frederico falaram sobre o mérito da empresa e seus proprietários. Votado, o Projeto de Decreto Legislativo nº 210 foi aprovado por unanimidade. Seguiram tramitando: a) Projeto de Lei nº 1.919/2021, do Executivo: Estabelece proposta orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do município de Rio Pomba para o exercício de 2022; b) Projeto de Lei nº 1.920/2021, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o Quadriênio de 2022-2025; c) Projeto de Lei nº 1.921/2021, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades, para o exercício de 2022 e dá outras providências; d) Projeto de Lei nº 1.925/2021, do Executivo: Dispõe sobre alteração e inclusão de anexos à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022. O sr. Presidente informou que na próxima sessão acontecerá a audiência pública e pediu que a comissão de finanças se prepare. No grande expediente os vereadores puderam falar sobre assuntos de interesse público. O Vereador Demétrius negou que sejam seus perfis os denominados “Coronel” e “João Muriçoca”; sobre o secretariado municipal, disse que seu desejo é de que os secretários executem o seu trabalho; falou sobre segurança pública e a falta de efetivo da Polícia Militar e também sobre a necessidade de melhorar a iluminação pública que tem correlação com a segurança; citou a necessidade de melhorar as condições dos passeios; volta às aulas na rede municipal; dentre outros assuntos. O Vereador Hedilberto saudou a presença do Prefeito em exercício, Wellington Netto, e mencionou com satisfação haver encontrado recentemente o sr. Prefeito, Reginaldo, que em breve estará de volta às atividades; falou sobre o início da atuação da Copasa para cuidar da rede de esgoto em Rio Pomba; agradeceu a administração pelo muro feito no cemitério, pois o lugar estará mais resguardado contra os vândalos; falou sobre a iluminação de led nas ruas da cidade necessárias para trazer mais segurança. O Vereador Gladstone comentou sobre a Câmara fez convite ao Diretor da Copasa para vir aqui num

programa de entrevistas da Câmara chamado “pequeno expediente” para esclarecer dúvidas da população; falou sobre a implantação do Sistema Olho Vivo (vigilância) que poderia ser estendido ao cemitério. O Vereador Ivan disse que sempre foi contra a atuação da Copasa na rede de esgoto pela cobrança de valores altos da população. Estando presente no recinto o sr. Prefeito em exercício, Wellington Ferreira de Souza, a palavra lhe foi concedida e ele prestou informações sobre o início da execução do serviço de esgoto pela Copasa. Na tribuna, o Prefeito em exercício, sr. Wellington Ferreira de Souza, prestou diversas informações sobre o início e a execução dessa prestação de serviços, o acompanhamento do Ministério Público. Houve a participação dos vereadores com comentários e perguntas. Na oportunidade, o Prefeito em exercício prestou diversas outras informações sobre a administração em prol do município e recebeu pedidos e comentários dos vereadores. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Oitava Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e nove minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Gladstone Roncalli da Silva, foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares. Na ausência do Secretário da Mesa Diretora, o Vereador Hedilberto Teixeira, Suplente de Secretário, assumiu as funções de Secretário nesta sessão. O sr. Presidente colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (04 e 14 de outubro). Ambas as atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão ordinária será no dia 06 de dezembro e no dia 17 de dezembro acontecerá a sessão solene de homenagens; comunicou também que o Executivo respondeu ao pedido de informações sobre o Distrito Industrial II. O sr. Presidente consultou se as Comissões de Legislação e de Finanças (Ivan foi substituído por Hedilberto) teriam condições de emitir o parecer acerca do Projeto de Lei nº 1.917/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Altera a Lei nº 1.566/2017, que institui a criação do auxílio-esporte, no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências. O Vereador Rafael, disse que as comissões obtiveram informações contábeis sobre o assunto. Assim, as duas comissões se pronunciaram favoráveis ao Projeto de Lei nº 1.917. O sr. Presidente o remeteu à ordem do dia desta sessão. O sr. Presidente disse que está aguardando informações do Executivo e determinou a tramitação do Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências. O sr. Presidente consultou se as Comissões de Legislação e de Educação poderiam se manifestar sobre o Projeto de Lei nº 1.932/2021, do Executivo: Altera a redação do artigo 12 da Lei nº 1.625, de 25 de abril de 2019. Os pareceres foram favoráveis ao projeto. Então, o sr. Presidente o colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.932/2021 e obteve a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.933/2021, do Executivo: Dispõe a correção da funcional programática apresentada na Lei 1.767/2021. O sr. Presidente solicitou a manifestação do Secretário de Administração, Wellington F. Souza, a respeito desse projeto. O Plenário concedeu a urgência especial e o sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças. O parecer foi favorável ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.933/2021, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Requerimento nº 32, dos Vereadores Hedilberto e Gladstone: requer informações sobre a construção da sede do CAPS – Centro de Atenção Psicossocial. O Vereador Hedilberto falou sobre o requerimento e disse que, dependendo do caso, é favorável à instalação de uma CPI para apurar as responsabilidades quanto à obra. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lida a Moção nº 05, do Vereador Gladstone Roncalli da Silva: moção de aplausos a José Inácio Vidal. Votada, a Moção nº 05 foi aprovada pela unanimidade dos presentes. Os Vereadores Hedilberto e Ivan parabenizaram o autor pelo merecimento do

homenageado. Às 18h30min o sr. Presidente deu início à audiência pública para demonstração das peças orçamentárias de 2022, lei orçamentária e plano plurianual. Representando o Executivo esteve usando a palavra a Consultora Contábil Glória Aparecida Rodrigues dos Santos e estavam presentes no recinto o Secretário de Administração e Vice-Prefeito, Wellington F. Souza, e a Contadora, Vitória. Os dados foram apresentados em tela e houve a participação dos vereadores. Às 19h12min a audiência foi encerrada. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação nº 274: capina urgente nos logradouros públicos; 2) Indicação nº 275: captação de águas pluviais da Rua Cel. José Furtado de Mendonça; 1) Indicação nº 276: criação do Programa Bueiro Inteligente; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação nº 277: aquisição de veículos coletores de lixo urbano; c) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação nº 278: organização do trânsito na Rua Antônio Mota Campos; d) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação nº 280: cascalhamento em trechos críticos das estradas do Bomjardim; 2) Indicação nº 281: divulgação do Programa Curral Bonito; e) Hedilberto Teixeira e Gladstone R. Silva: 1) Indicação nº 279: instalação de cobertura na área externa das UBS; f) Rafael V. Martins e Paulo H. Silva: 1) Indicação nº 282: bueiro na Rua Cel. José Furtado de Mendonça. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às dezenove horas e trinta e cinco minutos, aberta a ordem do dia, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.917/2021: Altera a Lei nº 1.566/2017, que institui a criação do auxílio-esporte, no âmbito do município de Rio Pomba e dá outras providências. O resultado da votação foi a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.919/2021, do Executivo: Estabelece proposta orçamentária, estimando a receita e fixando a despesa do município de Rio Pomba para o exercício de 2022. A comissão opinou favoravelmente. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.919/2021, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.920/2021, do Executivo: Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Rio Pomba para o Quadriênio de 2022-2025. A comissão opinou favoravelmente. Então, o sr. Presidente colocou em discussão e votação o Projeto de Lei nº 1.920/2021, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.921/2021, do Executivo: Dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades, para o exercício de 2022 e dá outras providências. A comissão opinou favoravelmente. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.921/2021, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. A seguir, o sr. Presidente solicitou o parecer verbal da Comissão de Finanças a respeito do Projeto de Lei nº 1.925/2021, do Executivo: Dispõe sobre alteração e inclusão de anexos à Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2022. A comissão opinou favoravelmente. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.925/2021, obtendo-se a sua aprovação pela unanimidade dos presentes. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público. Registre-se

que o Vereador Hedilberto falou sobre a necessidade de se apurar a responsabilidade pelas falhas na construção da sede do CAPS, cabendo à Câmara apurar e até abrir uma CPI se necessário; o Vereador Hedilberto disse que esteve visitando as unidades de saúde juntamente com o Vereador Gladstone. Estando presente o Secretário de Administração, Wellington Ferreira, este pode apresentar aos vereadores diversas informações sobre os assuntos municipais; disse que será muito positivo se o Vereador Hedilberto conseguir instalar uma CPI na Câmara. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e vinte e três minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Décima Nona Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio

Pomba. Às dezoito horas e treze minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; ausente o Vereador Frederico Senra Condé, foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que colocou em discussão e votação as atas das sessões anteriores (18 de outubro, 03 e 16 de novembro). Todas as atas foram aprovadas pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente comunicou que a próxima sessão ordinária será no dia 20 de dezembro com antecipação de horário para dezesseis horas e trinta minutos em função de programação natalina da Câmara (o Plenário aceitou unanimemente). O sr. Presidente colocou sob apreciação Plenária a justificativa da ausência do Secretário, Vereador Gladstone Roncalli da Silva, à sessão ordinária anterior. O Plenário aceitou a justificativa pela unanimidade dos presentes. Continuou tramitando o Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.934/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Institui no município de Rio Pomba a temática do empreendedorismo na rede municipal de ensino, por meio da disciplina de empreendedorismo, com foco na promoção da cultura empreendedora. O autor falou sobre os objetivos do projeto. O sr. Presidente o encaminhou para as comissões de Legislação e de Educação. O Vereador Demétrius disse que seria bom analisar porque o município está se preparando para a iniciar a educação financeira aos alunos da rede municipal. O Vereador Rafael disse que a matéria é interessante e seria bom a Comissão de Legislação debater o projeto junto com a Secretaria de Educação. O Vereador Maurílio disse que deveria haver o parecer da assessoria jurídica da Câmara. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.935/2021, do Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$100.000,00 (cem mil reais) e dá outras providências em favor da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais e da Associação Santa Luiza de Marilac proveniente emenda parlamentar. O Vereador Demétrius falou sobre o projeto. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças e esta se pronunciou favorável ao projeto. O Plenário concedeu o regime de urgência especial. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.935/2021, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.936/2021, do Executivo: Dispõe a instituição e criação do Programa Municipal de Coleta Seletiva solidária, e dá outras providências. Os Vereadores Rafael, Maurílio e Jorge ressaltaram a importância do projeto e disseram que o mesmo pode ser prontamente deliberado. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de: a) Legislação; b) Finanças; c) Meio Ambiente (o Vereador Frederico foi substituído pelo Vereador Hedilberto). O Dr. Luís Gustavo Riani, assessor do Executivo, prestou informações detalhadas sobre o assunto. As três comissões

opinaram favoravelmente ao projeto. A Secretária de Assistência Social, Mariléia Reis, prestou informações sobre as mobilizações que já estão sendo feitas entre os catadores e os empresários. O Vereador Demétrius disse que a população precisa entender a importância da reciclagem em favor do meio ambiente e da economia de recursos municipais com a destinação do lixo. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.936/2021, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Seguindo a pauta, foi lido o Projeto de Lei nº 1.937/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Denomina vila com o nome de Margarida Moreira da Trindade. O autor falou sobre a homenagem que está sendo prestada. O Vereador Maurílio perguntou se o local possui nome e o Vereador Ivan disse que não e que esse fato virá a trazer benefícios como iluminação pública e prestação de serviço dos Correios. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Legislação, a qual opinou pela legalidade do projeto. O Vereador Demétrius falou da importância de nominar vias com nome de mulheres buscando uma igualdade com os nomes masculinos. Havendo a deliberação Plenária pela votação urgente do projeto, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.937/2021, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Continuando os trabalhos, foi lido o Projeto de Lei nº 1.938/2021, do Executivo: Altera a redação do § 1º do art. 85 da Lei 1.157/2002. O Sr. Presidente consultou se o Plenário deliberaria pela urgência. O Vereador Ivan pediu a manifestação do assessor do Executivo, Dr. Riani. O Vereador Demétrius perguntou quais animais estão incluídos e o que acontece se o proprietário não retirar o animal. O Dr. Luís Gustavo Riani disse que muitos cavalos e até bois estão sendo vistos soltos, inclusive dentro da cidade, o que levou a administração a fazer um estudo sobre o que o Código de Posturas dispõe sobre o assunto; constatou-se que o prazo de 72 horas é muito cômodo para o proprietário e pode acarretar responsabilizações para o município se o animal vier a morrer sob os seus cuidados; com relação aos outros animais o *caput* do art. 85 explica. O Vereador Demétrius perguntou o que ocorre se não for encontrado o proprietário do animal, ao que o Dr. Riani disse provavelmente lança-se um edital de leilão ou doação do animal. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de Legislação e de Meio Ambiente e Defesa Animal (Frederico foi substituído por Hedilberto), as quais opinaram favoravelmente ao projeto. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.938/2021, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.939/2021, do Vereador Hedilberto Teixeira: Altera o art. 24 da Lei nº 814/90, que dispõe sobre o serviço de táxi no município de Rio Pomba, com relação às características dos veículos. O autor falou sobre os objetivos do projeto que especialmente vem atender à solicitação de vários taxistas. O sr. Presidente consultou ao Plenário quanto à concessão do regime de urgência especial, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Então, o sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de: a) Legislação; b) Serviços (o Vereador Hedilberto foi substituído pelo Vereador Paulo). Ambas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. O Vereador Demétrius disse que a redução de custos para os taxistas é importante. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.939/2021, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Após, foi lido o Projeto de Lei nº 1.940/2021, do

Executivo: Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no valor de R\$1.050.000,00 (...) e dá outras providências. O Dr. Luís Gustavo, assessor do Executivo, disse se tratar de excesso de arrecadação com a intenção de adquirir três ônibus para a área estudantil próprios para condições ruins de tráfego em estradas rurais. O sr. Presidente solicitou a manifestação da Comissão de Finanças, a qual opinou favoravelmente ao projeto. O Plenário concedeu o regime de urgência especial. O Vereador Demétrius disse que os recursos poderiam ser destinados ao pagamento de professores. Então, o sr. Presidente colocou em votação o Projeto de Lei nº 1.940/2021, o qual foi aprovado pela unanimidade dos presentes. O sr. Presidente pediu a manifestação do assessor do Executivo, Dr. Riani, sobre um projeto de lei a ser inserido em pauta possivelmente, em se tratando da alteração da denominação do cargo de “assistente social”. Com autorização Plenária, foi inserido na pauta o Projeto de Lei nº 1.941/2021, do Executivo: Altera a Lei Municipal nº 1.634/2019 nas partes que menciona e dá outras providências. Este projeto foi submetido à votação e sendo aprovado pela unanimidade dos presentes. A seguir, foi lido o Requerimento nº 33, do Vereador Demétrius Carvalho de Oliveira: Requer informações sobre a colocação e retirada de cascalho na zona rural. O autor falou sobre os fatos que motivaram o seu requerimento. Também comentaram o assunto os Vereadores Maurílio, Ivan e Rafael. Votado, este requerimento foi aprovado pela unanimidade dos presentes. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 294: manutenção de prédios públicos; 2) Indicação 295: poda e limpeza de árvores das praças; b) Frederico Senra Condé: 1) Indicação 283: providências no loteamento Jardim São Luís; c) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação 284: aumento no valor da subvenção para a Apae; 2) Indicação 285: pagamento do abono salarial do valor do Fundeb aos profissionais da Educação; d) Ivan Ferreira Martins: 1) Indicação 287: instalação de placas indicativas de bairros e regiões rurais; 2) Indicação 288: proibição de estacionamento na Rua Ozório Novato – Pedreira; 3) Indicação 290: proibição de estacionamento na Rua Messias Pereira Baía; e) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 289: serviço de divulgação de notas informativas; 2) Indicação 291: serviço de estabilizante de solo em estradas da zona rural; f) Demétrius C. Oliveira e Paulo H. Silva: 1) Indicação 296: verificação na pavimentação da Rua João Marcelino; g) Gladstone Roncalli, Hedilberto Teixeira, Jorge Luís e Paulo Henrique: 1) Indicação 292: sugere local para construção de creche. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. Às vinte horas e treze minutos, aberta a ordem do dia, os vereadores inscritos no grande expediente puderam falar sobre assuntos de interesse público. Destacou-se a necessidade de se estabilizar a disponibilidade de médicos nas unidades de saúde municipais. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às vinte horas e quarenta e sete minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.
(ASSINATURAS NO VERSO DESTA FOLHA)

Ata de Sessão Solene da Câmara Municipal de Rio Pomba. Às dezenove horas e vinte minutos do dia dezessete de dezembro do ano de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara Municipal os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares e Rafael Vilela Martins; ausentes os Vereadores Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva, foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares; deu abertura à sessão solene previamente designada com a finalidade de prestar homenagens às personalidades aprovadas pelo Legislativo, sob o título de cidadania honorária, honra ao mérito e moções de aplausos, tratando-se das seguintes personalidades: Agro & Country Pantanal – honra ao mérito empresarial, Antônio Calos Vaz – honra ao mérito municipal, Pastor Dickson Soares Barcellos – cidadão honorário, Prof^a Elisângela da Silva Costa – moção de aplausos, Fábio Plácido – cidadão honorário, Funcionários do Hospital (Covid) - moção de aplausos, João Vithor Santos Silviano - moção de aplausos, José Inácio Vidal - moção de aplausos, José João dos Santos – honra ao mérito social, Maria das Dores dos Santos - moção de aplausos, Maria da Assunção Boscato Nunes – cidadã honorária, Wellington Ferreira de Souza – cidadão honorário. Foi convidado a integrar-se ao Plenário o exmo. senhor Prefeito de Rio Pomba, Reginaldo Furtado de Carvalho. Após iniciar a sessão, o Sr. Presidente passou a palavra ao mestre de cerimônia. Os homenageados foram conduzidos aos lugares de destaque. Houve então a execução do Hino Nacional Brasileiro. No desenvolvimento da sessão, foram lidas as biografias dos homenageados, assinatura no Livro de Honra e entrega das placas alusivas às suas homenagens das mãos dos autores. Seguindo, os srs. Vereadores se manifestaram em congratulações com os homenageados e estes, logo após, fizeram seus agradecimentos. O sr. Prefeito também fez o seu pronunciamento. A sessão revestiu-se de um clima fraterno, com manifestações de calorosas salvas de palmas do público. Não havendo mais manifestações, o sr. Presidente encerrou a sessão, após o que houve confraternizações e cumprimentos. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES

Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA

Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

Ata da Vigésima Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Rio Pomba.

Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte de dezembro de dois mil e vinte e um, reunidos no Plenário da Câmara todos os Vereadores: Demétrius Carvalho de Oliveira, Frederico Senra Condé, Gladstone Roncalli da Silva, Hedilberto Teixeira, Ivan Ferreira Martins, Jorge Luís Martins Soares, Maurílio Rodrigues dos Reis, Paulo Henrique da Silva e Rafael Vilela Martins; foi aberta a sessão pelo sr. Presidente, Vereador Jorge Luís Martins Soares, que comunicou o fato do Executivo haver respondido ao requerimento que solicitava informações sobre a colocação de cascalho em zona rural e também ao requerimento que solicitava cópia do contrato de construção do CAPS. Seguiram tramitando: 1) Projeto de Lei nº 1.918/2021, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Reconhece o *wheeling* e demais manobras de motocicletas como prática esportiva no município de Rio Pomba, e dá outras providências; 2) Projeto de Lei nº 1.934/2021, do Vereador Ivan Ferreira Martins: Institui no município de Rio Pomba a temática do empreendedorismo na rede municipal de ensino, por meio da disciplina de empreendedorismo, com foco na promoção da cultura empreendedora. O autor disse que se certificou sobre esse projeto e pediu que a Mesa Diretora e o Plenário analisassem a possibilidade de votá-lo hoje. O sr. Presidente lembrou que por questão de prazo para comunicação à Superintendência de Educação a matéria só entrará em vigor em 2023. O Vereador Rafael disse que ainda não tem segurança para opinar sobre o projeto. O Vereador Demétrius disse que deveria ser ouvida a Secretária de Educação. O sr. Presidente determinou a sua tramitação e opinou que as comissões ouçam o pessoal da Secretaria de Educação e até mesmo outros segmentos da área de ensino. A seguir foi lido o Projeto de Lei nº 1.942/2021, do Executivo: Dispõe sobre alteração no anexo I da lei 1.634/2019 (lei de plano e cargos e salários) acerca da alteração salarial do cargo de médico do Município de Rio Pomba Estado de Minas Gerais. Foi lida também emenda modificativa nº 01, apresentada pela Câmara. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de: a) Legislação; b) Saúde; c) Finanças. As três comissões opinaram favoravelmente ao projeto com a emenda. O Vereador Rafael disse que já enxergava a dificuldade da contratação de médicos em função da carga horária e salário. Então, o sr. Presidente colocou em votação a Emenda 01, que foi aprovada por unanimidade. Após, foi submetido à votação o Projeto de Lei nº 1.942/2021, o qual foi aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Projeto de Lei nº 1.943/2021, do Executivo: Dispõe sobre denominação de próprio público, unidade PSF 3, com nome Enfermeira Isaura Vidal Soares. O Vereador Maurílio perguntou se a UBS já tem denominação e o sr. Presidente respondeu que é o mesmo nome, porém não oficializado. O sr. Presidente solicitou a manifestação das Comissões de: a) Legislação; b) Saúde. Ambas as comissões opinaram favoravelmente ao projeto. O Plenário também deliberou pela votação hoje. O Projeto de Lei nº 1.943/2021 foi então colocado em votação e aprovado por unanimidade. A seguir, foi lido o Requerimento nº 34, do Vereador Jorge Luís Martins Soares: Requer informações sobre edificação particular no bairro Boa Vista. O autor falou sobre os transtornos causados a vários moradores, sendo que o requerimento sua ajudar a encontrar uma solução. Votado, este requerimento foi aprovado por unanimidade. O Dr. Luís

Gustavo Riani, assessor do Executivo, prestou informações sobre a situação da edificação de loteamento ao lado do bairro Boa Vista e trocou ideias com os vereadores. Em sequência foram lidas: a) Demétrius Carvalho de Oliveira: 1) Indicação 300: providências na extensão da Rua José Felizola; 2) Indicação 301: providências na Praça Prof. Ubirajara – Bairro Santa Helena; 3) Indicação 302: reparos e cascalhamento nas estradas de Carmos e Cavacudos; b) Hedilberto Teixeira: 1) Indicação 297: prorrogação do Programa Partilha Solidária; 2) Indicação 298: cessão de servidores para a Apae; c) Jorge Luís Martins Soares: 1) Indicação 229: instalação de fossas sépticas na zona rural; d) Rafael Vilela Martins: 1) Indicação 299: contatos para instalação de grande indústria em nossa cidade. No pequeno expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre os projetos e indicações. O sr. Prefeito, Reginaldo Furtado de Carvalho, compareceu no salão do público. No grande expediente os vereadores inscritos puderam falar sobre assuntos de interesse público e felicitações de fim de ano. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão às dezoito horas e vinte e cinco minutos e redigida esta ata que, depois de colocada em discussão em Plenário e aprovada, segue assinada pelo Sr. Presidente; por mim, Secretário; e demais Vereadores presentes à sessão que a aprovou.

JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara

GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

Demétrius Carvalho de Oliveira

Frederico Senra Condé

Hedilberto Teixeira

Ivan Ferreira Martins

Maurílio Rodrigues dos Reis

Paulo Henrique da Silva

Rafael Vilela Martins

TERMO DE ENCERRAMENTO

Neste Livro, que contém 79 (setenta e nove) folhas numeradas sequencialmente, foram lavradas as atas das sessões da Câmara Municipal de Rio Pomba de 01/01/2021 (primeiro de janeiro de dois mil e vinte e um) até 31/12/2021 (trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um).

Para constar, lavrou-se o presente Termo que eu, Secretário, assino com o senhor Presidente.

Rio Pomba/MG, 07 de fevereiro de 2022.

VEREADOR GLADSTONE RONCALLI DA SILVA
Secretário

VEREADOR JORGE LUÍS MARTINS SOARES
Presidente da Câmara